

filantropia

& gestão social



Brasil – Edição 48 – Set./Out. – 2010

Uma Boa História Mobiliza

Prêmio seleciona três histórias de captação de recursos de sucesso

Meio Ambiente

Saiba o que realmente acontece com a Amazônia e seu território

Administração

Organizações terão de se adequar ao novo ponto eletrônico em 2011

Nós por nós mesmos

Cooperação internacional se direciona a outros países e diminui atuação no Brasil



Atriz fala da sua atuação na luta pela garantia dos Direitos Humanos e de seu engajamento social

Entrevista
Dira Paes



Atibaia-SP
18 a 22 de outubro

Imersão Contábil para o Terceiro Setor

Alexandre Chiaratti, Domênico Roberto Monello, Ivan dos Santos Pinto, Jair Gomes de Araújo, Marcelo Roberto Monello, Ricardo Roberto Monello

São Paulo-SP
22 de outubro

Elaboração de Projetos Sociais pelo Marco Lógico (Logical Framework Approach)

Eduardo Magalhães

25 de outubro

O Coaching e sua aplicação à área social

Edson Marques Oliveira

28 de outubro

Planejamento legal-tributário para entidades do Terceiro Setor sob a ótica da Nova Lei da Filantropia

Marcos Biasioli, Talita Luci Mendes Falcão, Ricardo Curia Montemagni

29 de outubro

Eventos especiais: uma ferramenta de captação de recursos

Camila Cheibub Figueiredo, Michel Freller

05 de novembro

Fontes de financiamento e as bases de dados para uma boa captação de recursos

Marcelo Estraviz

Belo Horizonte-MG
21 de outubro

Comunicando e captando recursos no Terceiro Setor - Curso Intensivo Itinerante

Marcelo Estraviz, Marcio Zeppelini

Treinamentos em Gestão Social



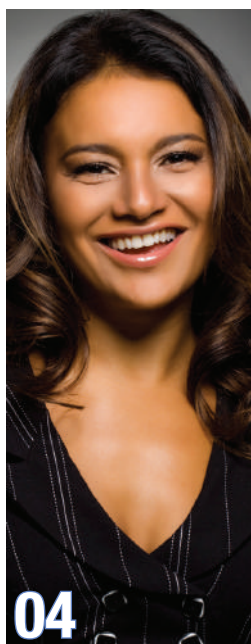
diálogo
social

Inscrições e informações
www.dialogosocial.com.br
(11) 2281-9643
dialogo@dialogosocial.com.br

Apoio:

REVISTA
filantropia
& gestão social

Sumário



04

Entrevista

Dira Paes

Voluntária em uma instituição que defende os direitos humanos, Dira Paes fala de sua atuação social



20

Prêmio Uma Boa História Mobiliza

Em sua 2ª edição, prêmio reconhece histórias de sucesso em captação de recursos



36

Capa

Cooperativas Internacionais

Recursos internacionais diminuem no Brasil para serem direcionados a locais como África e Haiti, e país tem nova realidade



44

Especial

O papel da mulher no cooperativismo

Trabalhando em cooperativas, mulheres garantem fonte de renda

Acontece	08
Ponto de Vista	14
Especial Legislação	16
Captação de Recursos	18
Contabilidade	25
Voluntariado	28
Administração	30
Legislação	32

Sustentabilidade	46
Meio Ambiente	50
Case Empresarial	53
DataFilantropia	56
Serviços	58
Geração de Renda	62
Reflexão	64



Redação: imprensa@revistafilantropia.com.br
Publicidade: filantropia@revistafilantropia.com.br
Assinaturas: assinaturas@revistafilantropia.com.br
Tel. (11) 2978-6686

Zeppelini Editorial Ltda.
Rua Doutor César, 530, cj. 1.308
CEP 02013-002
São Paulo/SP – Brasil
PABX (11) 2978-6686

Editor-chefe
Marcio Zeppelini (MTB 43.722/SP)
Coordenação de Gestão Social
Thaís Iannarelli (MTB 46.415/SP)
Gestão Social
Ana Luisa Moraes do Nascimento
Juliana Fernandes
Maurício Dias Lopes
Rogério Ramos Costa
Administração
Mauro Zeppelini
Stefany Herrán Martins
Comercial
Hilton Rocha da Justa
Ricardo Peternella de Souza
Atendimento
Carolina Brascioli
Raquel Siqueira Gomes
Colaboradores
Luciano Guimarães
Paula Craveiro

Coordenação de Arte
Rafael Tadeu Sarto
Assistente de Arte
Cristiane Gonçalves Cabral
Diagramação
Daniela Veronica Lima
Janaina Beltrame dos Santos
Ruben Moreira da Silva
Vinicius Pinheiro Mendes
Controle Editorial
Marcos Rafael Tosetti
Coordenação de Revisão
Viviane Rodrigues
Revisão
Ana Maria Tomasevicus
Melina Marin de Castro
Thamara Chrystina de Andrade

Conselho editorial deliberativo
Marcelo Monello
Marcio Zeppelini
Marcos Biasoli
Mauro Zeppelini
Ricardo Monello

Conselho editorial de pauta
Anisia Sukadolnik
Antonio Brito
Custódio Pereira
Eduardo Sabo
Felipe Mello
Fernando Credidio
Livio Giosa
Marcelo Estraviz
Miliú Villela
Roberto Ravagnani
Synésio Batista da Costa

Os artigos assinados são de responsabilidade do autor, não caracterizando necessariamente a filosofia da revista. Direitos autorais reservados à Zeppelini Editorial Ltda. A publicação de parte ou íntegra de qualquer texto desta revista em outra mídia impressa, eletrônica ou qualquer outro meio só será permitida mediante autorização por escrito da editora.



O sucesso de uma ONG não ocorre por acaso

Parafraseando Lair Ribeiro em uma de suas obras-primas, O sucesso não ocorre por acaso, o êxito de um projeto social tem o mesmo grau de efetividade que o sucesso de um empreendedor, de um artista ou de um esportista.

A sorte é um ingrediente com o qual não se deve contar para chegarmos a um objetivo. Perspicácia para encontrar oportunidades e preparação para se tornar apto àquilo que se quer é que concretizam uma meta. Sorte, na verdade, é a junção de dois ingredientes: oportunidade e capacidade.

Então, para se chegar à conquista de uma meta e manter-se nesse auge, é necessário passar por um ciclo que invariavelmente deverá ser:

SONHO > META > PLANEJAMENTO > PREPARAÇÃO > AÇÃO

Não há como pular uma dessas etapas, pois cada uma alicerça o objetivo a ser conquistado e a plenitude de se mantê-lo. Em linhas gerais, todo gestor social é um grande sonhador. Transformar os sonhos em metas é algo relativamente fácil para quem é ambicioso, no bom e real sentido da palavra.

Daí, passa-se para o campo da preparação: planejar, buscar os recursos para aquela ação, rascunhar, fazer contatos, enfim, visualizar, do outro lado de uma ponte, você realizando esse sonho.

Quinta e última etapa: agir. Não se conseguem resultados diferentes agindo da mesma forma que sempre se agiu. É necessário arregañar as mangas e colocar o plano em ação, abusando de criatividade e ousadia. Continuar na mesma, avançar um pouco ou progredir notoriamente são opções tomadas livre e individualmente e que só dependem de seu entusiasmo e preparação para o sucesso.

Mas atingir o objetivo é difícil? Só para quem lança objetivos difíceis ou inexecutáveis logo de cara. Uma criança só consegue correr porque antes engatinhou e andou. Um velocista só consegue correr 10 km porque antes correu 100 m, 500 m, 1 km e assim por diante.

Em nosso planejamento pessoal e profissional, isso não pode ser diferente: alcance pequenas metas, passe para as médias e, tão logo as consiga, planeje os grandes objetivos.

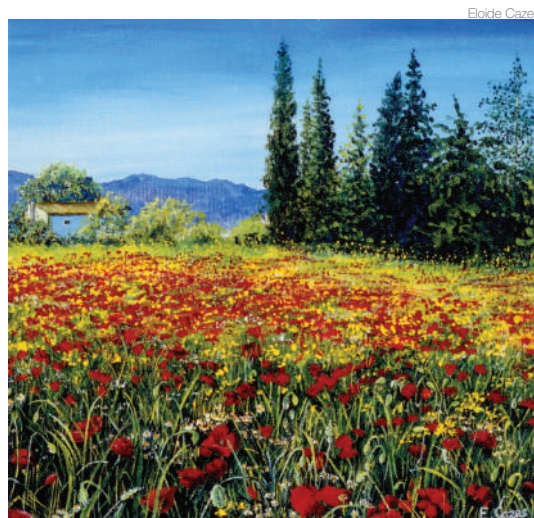
Quer uma prova de que isso dá certo? Faça um planejamento minucioso para alguma ação simples para o seu próximo fim de semana. Algo que você não faça cotidianamente, mas que há tempos tem vontade de fazer. Visitar um parente ou amigo, arrumar aquele armário, levar seus filhos a um circo ou qualquer pequena atitude. Planeje a hora que começará essa ação, sua duração, as pessoas que estarão envolvidas, o dinheiro que será gasto e, principalmente, por que é importante (para você) fazer aquilo.

Daí é necessário materializar: pegue uma foto ou objeto que o faça lembrar dessa meta (foto de um circo, do armário bagunçado, de seu amigo que será visitado) e coloque em sua mesa de escritório, tela de descanso de seu computador ou qualquer outro lugar que visualize diversas vezes ao dia. Mentalize durante toda a semana esse pequeno objetivo que você está prestes a concretizar.

Na semana seguinte, satisfeito por ter cumprido uma pequena meta, já estará preparado para sonhar e planejar voos mais altos. Sonhar é preciso, mas mais do que isso: é o início da REALIZAÇÃO.


Sonhe. Planeje. Alcance.

Boas conquistas para você.



Obra *Campo Florido*, pintada com boca por Eloide Cazes, gentilmente cedida pela Associação dos Pintores com a Boca e os Pés (APBP).

Marcio Zeppelini
marcio@zeppelini.com.br

 Não basta fazer o bem, é preciso fazer bem feito.
Aprimore-se lendo a **Revista Filantropia**.

Idealizadores



Parceiros Institucionais





Só nos sentimos completos quando
completamos a vida de quem tem fome.

Médicos Sem Fronteiras é uma organização médico-humanitária independente que leva ajuda a pessoas onde quer que estejam e torna públicas as situações que presencia em campo. Veja o dia a dia desses profissionais na exposição "Experiências de vida – Olhares sobre a atuação de Médicos Sem Fronteiras" que percorrerá o país e conheça a história desses brasileiros que diariamente completam a história de milhares de pessoas.

A fome marca a história da humanidade. Médicos Sem Fronteiras marca a história das pessoas.

EXPERIÊNCIAS DE VIDA

OLHARES SOBRE A ATUAÇÃO
DE MÉDICOS SEM FRONTEIRAS

CONHEÇA A EXPOSIÇÃO VIRTUAL
E SE PROGRAME PARA VISITAR A
EXPOSIÇÃO ITINERANTE.

WWW.EXPERIENCIASDEVIDA.ORG.BR

APOIO:



Estação



filantropia
gestão social

aw
comunicação

REALIZAÇÃO:



www.msf.org.br

DIRA PAES

Atriz atua fora das telas pela aprovação da PEC pela desapropriação e confisco de propriedade onde houver trabalho análogo ao escravo



Atuação pelos Direitos Humanos

Por Juliana Fernandes

Dira Paes é paraense e, desde os 15 anos, trabalha como atriz. Curiosamente, sua estreia aconteceu em uma produção internacional, *Floresta das Esmeraldas*, em 1985. No decorrer de sua carreira, recebeu diversos prêmios por sua atuação no cinema e na televisão. Entre as personagens de sucesso, merecem destaque Norminha, da novela *Caminho das Índias*, e Solineuza, do seriado *A Diarista*.

Fora das telas, a atriz desenvolve um papel social na luta pelos Direitos Humanos no Brasil. Ela atua como diretora na ONG Movimento Humanos Direitos (MHuD), que reúne atores, intelectuais, professores, cartunistas e jornalistas. A organização se dedica a questões relacionadas ao trabalho escravo, aos direitos da criança e do adolescente e à preservação das comunidades indígenas.

Este ano, o foco do MHuD é lutar pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que prevê a desapropriação e o confisco da propriedade onde houver flagrante do crime de trabalho escravo. Em entrevista à **Revista Filantropia**, a atriz fala sobre seu envolvimento com a causa e a importância do Terceiro Setor para a erradicação dos problemas sociais no país. ▶

Revista Filantropia: Além do seu trabalho como atriz, você também atua como voluntária e diretora na ONG Movimento Humanos Direitos (MHuD). Comente sobre o projeto.

Dira Paes: O Movimento Humanos Direitos existe desde 2002 e partiu da necessidade de fortalecer o encontro de artistas, intelectuais, professores e voluntários para lançar um olhar profundo sobre a condição dos Direitos Humanos no Brasil. O padre Ricardo Rezende é a nossa inspiração. Ele é um doutor em trabalho escravo no Brasil, uma das nossas primeiras causas. A gente atua também na questão do meio ambiente e nas questões dos direitos das crianças e dos adolescentes. Este ano, estamos dando um enfoque especial para a questão do trabalho escravo, para que a PEC seja aprovada definitivamente, pela desapropriação de terras onde exista frequência de trabalho escravo, e combater essa ideia.

RF: Qual a melhor forma de identificar e solucionar esses problemas?

DP: Estar com um “olho aguçado” sobre as causas e tentar fazer com que a nossa visibilidade sirva para essas questões, que são muito cruéis, porque na maioria dos casos são intensas, justamente por não terem olhares, por não terem órgãos que as fiscalizem, e há uma necessidade muito grande.

RF: O que você destacaria como a principal conquista do Movimento desde a sua criação, em 2002?

DP: Eu falo que pequenas conquistas são grandes conquistas. Agora, por exemplo, conseguimos que os candidatos à presidência da república assinassem uma carta-compromisso com as questões dos Direitos Humanos. Isso já é uma grande coisa.

RF: De que forma você começou a atuar na área social? O que te motivou a desenvolver esse trabalho?

DP: Eu sempre vi minha mãe fazendo um papel de assistente social e sempre tive essa inquietude sobre o abismo que existe no Brasil, a falta de direitos cumpridos, uma coisa que desde a adolescência me incomodou muito. Sempre que pude, tive uma atuação dentro do cenário do meu Estado, que é muito explorado dentro de suas riquezas. Então, nesse sentido, eu acho que estive alerta sobre essas questões e encontrei pessoas dentro do meu trabalho e do meu âmbito de amizades que também têm esse mesmo olhar. Acho que é uma maneira saudável de conviver entre amigos e praticar uma coisa em prol de si mesmo, porque melhora para todos. Trabalhar por isso é uma sensação muito boa.

RF: Em sua opinião, qual a importância do trabalho das ONGs para o desenvolvimento dos Direitos Humanos no Brasil?

DP: Hoje em dia, o Terceiro Setor é reconhecidamente essencial. A sociedade já não vive sem essa ajuda, essa assistência. Temos que aproveitar as pessoas inteligentes e de bem que desenvolvem projetos ao seu redor. Às vezes, os pequenos atos e acertos são os que transformam mesmo a humanidade. Nesse processo, as ONGs têm um trabalho fundamental, que tem de ser sério e com muita responsabilidade, prestando um serviço transparente.

RF: Você acredita que a classe artística contribui para o sucesso de iniciativas sociais?

DP: Não acho que isso tenha uma relação direta. Eu acho que a seriedade, a disponibilidade das pessoas que se dedicam ao trabalho voluntário é o que importa. Não importa se é uma pessoa com visibilidade ou não. Até mesmo porque, geralmente, precisa de vários representantes de outras áreas para poder formar uma equipe. Então você nunca tem algo homogêneo, só com um perfil.

RF: Mas a televisão, por ser um veículo de massa, ajuda a conscientizar a população sobre os problemas sociais do país?

DP: Acho que sim. Acho que a gente tem uma voz como cidadão. O público entende quando a gente se expressa como artista e quando a gente se expressa como um cidadão normal, como qualquer outro.

RF: E você acha que as pessoas estão mais engajadas e conscientes sobre o exercício da cidadania?

DP: Acredito que sim. A primeira vez que eu ouvi, conscientemente, as pessoas se manifestarem sobre a palavra cidadania aconteceu durante a era Betinho. Tudo passa por isso, é uma questão de cidadania você não querer mais do que você tem direito, e não deixar também de fazer o seu dever. A cidadania é uma consciência que é desenvolvida, e isso faz realmente com que a convivência se torne muito melhor entre as pessoas.

RF: Além do trabalho no Movimento, você realiza alguma outra ação social?

DP: Sim, em várias situações. Mas é natural, a maioria dos amigos que eu conheço tem um envolvimento. Hoje em dia existe uma grande fatia da sociedade que está alerta e contribui de alguma forma. A gente precisa cotidianamente fazer algo por alguém. ☺

A cidadania é uma consciência que é desenvolvida, e isso faz realmente com que a convivência se torne muito melhor entre as pessoas

O papel das fundações em um mundo colaborativo

“Uma Nova Fundação para um Novo Mundo Colaborativo” é o tema do 5º Encontro Paulista de Fundações, em 22 de outubro, no Hotel Renaissance São Paulo, na capital bandeirante. No centro do debate, o papel da filantropia no século 21 e das Fundações Comunitárias. Para esse evento, a Associação Paulista de Fundações (APF) anuncia a presença de palestrantes internacionais com *expertise* no Terceiro Setor.

Entre os destaques do encontro, o conferencista **Steven Craig Gunderson**, diretor-geral e presidente da Council on Foundations, apresentará o tema “Filantropia do século 21”, com enfoque em planejamento estratégico e forte concentração no domínio das políticas públicas. Outro nome de prestígio confirmado no evento é **Rahul K. Bhardwaj**,

diretor-geral e presidente da Toronto Community Foundation. Ele ministrará a palestra “Fundações Comunitárias — Fazendo o Bem em Nome do Bem”, uma análise sobre as iniciativas de fundações em Toronto, Canadá, comunidades e lideranças locais.

O conferencista brasileiro **Marcos Kisil**, diretor-superintendente da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, debaterá “Governança e Filantropia — Da Paixão à Ação”. Mais um tema de interesse do setor é “Filantropia de Alto Impacto — Medindo e Estimando a Criação de Valor Social”, título da palestra de **Emmet D. Carlson**, diretor-geral e presidente da Silicon Valley Community Foundation. Autor de mais de 100 obras a respeito de filantropia e justiça social, o palestrante dedica a carreira ao incentivo

de mudanças sociais positivas.

A parte final do 5º Encontro Paulista de Fundações terá o formato de *talk show*, com a participação dos palestrantes convidados e de **Lúcia Gomes Vieira Dellagnelo**, coordenadora-geral do Instituto Comunitário Grande Florianópolis e consultora de organizações nacionais e internacionais em projetos de educação e desenvolvimento social.

Essa edição consolidará a atuação da APF, aceita este ano como membro internacional do Council on Foundations, maior organização mundial de fundações, que congrega mais de duas mil instituições dos Estados Unidos, além de 65 internacionais.

Mais informações sobre o encontro da APF podem ser obtidas pelo telefone: (11) 3237-3193 ou no *site*: www.apf.org.br.



Lula conversa com a representante do Instituto Nacional da Tradição e Cultura Afro-Brasileira

Estatuto da Igualdade Racial

Após tramitar por sete anos no Congresso Nacional, foi aprovado o Estatuto da Igualdade Racial. No documento estão previstas garantias e o estabelecimento de políticas públicas de valorização aos negros. Sancionada pelo presidente Lula, a lei também aprova a criação da Universidade Federal Luso-Afro-Brasileira (Unilab). O objetivo é promover atividades de cooperação internacional por meio de acordos e convênios com os países da África. A iniciativa contribuirá para a formação acadêmica de estudantes brasileiros e africanos. A previsão é que sejam beneficiadas cerca de 5 mil pessoas. Para o ministro da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Eloi Ferreira de Araújo, a sanção “coroa o esforço de muitos e muitos anos” das comunidades negras no país.

www.mndh.org.br



Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, participa de reunião sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos

Política Nacional de Resíduos Sólidos

Aprovada pelo governo federal, a Política Nacional de Resíduos Sólidos reúne princípios, objetivos, instrumentos e diretrizes para a gestão do lixo. A lei responsabiliza as empresas pelo recolhimento de produtos descartáveis, estabelece a integração de municípios na gestão dos resíduos sólidos e responsabiliza toda a sociedade pela geração de lixo. Segundo o presidente Lula, a medida “simboliza a vitória das entidades que trabalham nessa área”. Ele ainda solicitou à ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, que trabalhe para que a lei seja regulamentada em um período de até 90 dias. Para o representante do Movimento Nacional dos Catadores de Lixo, Severino Lima Junior, a medida ajudará na valorização dos profissionais.

www.lixo.com.br



Solenidade de criação do Centro Regional de Formação para Gestão do Patrimônio

Centro de Gestão do Patrimônio

O Ministério da Cultura e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) assinaram um protocolo que cria o Centro Regional de Formação para a Gestão do Patrimônio. A iniciativa terá sede no Palácio Capanema, na cidade do Rio de Janeiro. De acordo com o diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Luiz Fernando de Almeida, o centro terá como objetivo formar gestores patrimoniais por meio de cursos de qualificação. Em todo o mundo já foram criados cinco centros regionais de formação localizados no México, África do Sul, Noruega, China e no Bahrein. De acordo com a diretora da Unesco, Irina Bokova, a criação desses centros contribui para a pesquisa e a conservação dos patrimônios mundiais.

www.cultura.gov.br



Equipe reunida no Sine São Gonçalo (RJ)

Sistema Nacional de Emprego

O ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, e o secretário municipal de Trabalho de São Gonçalo, Henrique Porto, inauguraram o primeiro posto do Sistema Nacional de Emprego (Sine) no Rio de Janeiro. A iniciativa oferecerá prestação de serviços como emissão de carteira profissional e habilitação do seguro-desemprego, além de vagas e qualificação para o mercado de trabalho. Segundo Porto, a meta é inserir cerca de 650 profissionais e inscrever aproximadamente 3 mil trabalhadores nos próximos meses. O posto é o 54º do Estado e o único municipalizado. A unidade, batizada de Casa do Trabalhador Leonel Brizola, faz parte de um convênio entre o Ministério do Trabalho e Emprego e a Secretaria Municipal de Trabalho.

www.mte.gov.br/sine

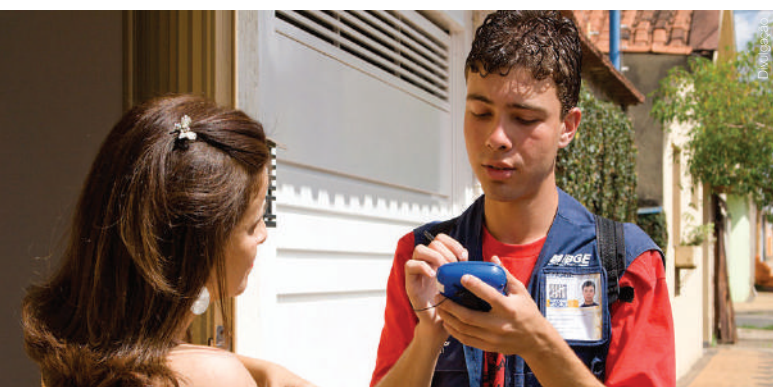


Pierre Batista, secretário municipal de Habitação, e convidados durante a cerimônia de lançamento

Rio lança projeto de urbanização

O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, lançou o Plano Municipal de Integração de Assentamentos Precários Informais. O programa, intitulado Morar Carioca, pretende até 2020 urbanizar todas as comunidades da capital fluminense e implantar um sistema de controle e ordenamento da ocupação. De acordo com o prefeito, o projeto começa a ser implantado imediatamente com investimentos iniciais de R\$ 2 bilhões. O apoio financeiro será feito pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o governo federal e o município. Ao todo, a iniciativa terá um custo estimado de R\$ 8 bilhões. Parte dessa verba será investida na desocupação de moradias não urbanizáveis e em áreas de risco. A iniciativa conta com o apoio do Instituto Brasileiro de Arquitetura (IAB).

www.rio.rj.gov.br/web/smh



Recenseador coleta dados dos cidadãos

Aparelhos usados no censo serão destinados a programas sociais

Os computadores de mão utilizados durante o Censo 2010 serão destinados a programas sociais. Os aparelhos serão doados a iniciativas de inclusão digital, promovidas em escolas públicas, e para a realização das entrevistas feitas no Programa Saúde da Família. De acordo com o coordenador de tecnologia do Censo, José Bevilaqua, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) adquiriu 150 mil *smartphones*. Os aparelhos foram comprados em um pregão eletrônico, por meio do sistema Compras Net do governo federal. Para a sua utilização foram bloqueadas as funções de telefonia e acesso à internet. Segundo Bevilaqua, esse procedimento garante a proteção dos dados coletados. Depois do Censo, os aparelhos serão modificados novamente para permitir o acesso à rede.

www.ibge.gov.br/censo2010

Políticas de segurança alimentar

A experiência brasileira adquirida com as políticas de segurança alimentar está sendo compartilhada em cinco países latino-americanos. A iniciativa ajuda na promoção das ações de combate à fome em El Salvador, Guatemala, Nicarágua, Bolívia e Colômbia. Segundo a coordenadora do projeto de fortalecimento de políticas de segurança alimentar na América Latina, Nájlja Barbosa, o que está sendo feito "é mostrar aos outros países que, ao priorizar o combate à fome e a segurança alimentar, eles estão solucionando também outros problemas que vão além da questão do acesso a alimentos". A representante ainda afirmou que há grandes chances de mais três países aderirem à iniciativa. "Ainda não podemos dizer os nomes, mas muito provavelmente serão do continente africano", declara Nájlja.

www.agenciabrasil.etc.com.br

Moradias populares em regiões metropolitanas

O governo de São Paulo assinou um convênio com a Caixa Econômica Federal para investir R\$ 75,6 milhões na construção de moradias populares nas regiões metropolitanas do Estado. O acordo é destinado às entidades que reivindicam habitações de interesse social. Essas organizações ficarão responsáveis pela indicação dos beneficiários do programa, geralmente famílias cuja renda não ultrapasse três salários mínimos. A recomendação deverá ser feita após o cadastro no Ministério das Cidades e também na Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU). De acordo com o secretário estadual de Habitação, Lair Krahenbuhl, as moradias seguirão o padrão adotado pela CDHU, com apartamentos de três quartos e itens como piso cerâmico, azulejos e aquecimento solar.

www.habitacao.sp.gov.br

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

Foram divulgados os resultados da Pesquisa Quantitativa de Avaliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Segundo a pesquisa, 88,5% dos entrevistados avaliaram a iniciativa como boa ou ótima. Outros 71,2% afirmaram que houve uma melhora na situação da família após a inserção no programa. De acordo com os gestores municipais, os principais resultados foram observados no desenvolvimento físico e psicológico dos beneficiários, especialmente na melhoria da autoestima das crianças, adolescentes e familiares. A coleta dos dados aconteceu entre outubro e dezembro de 2008. O objetivo do estudo é subsidiar e fortalecer as iniciativas do governo federal para combater todas as formas de trabalho precoce.

www.mds.gov.br

Acordo em prol das florestas

O Brasil assinou um acordo com os Estados Unidos se comprometendo a investir em programas de conservação da mata atlântica, cerrado e caatinga. A iniciativa abonou uma dívida brasileira com o governo americano no valor aproximado de US\$ 21 milhões. A negociação foi realizada no Ministério do Meio Ambiente e teve como base a Lei para a Conservação de Florestas Tropicais, prevista pelo *Tropical Forest Conservation Act* (TFCA). Outras iniciativas como essa já aconteceram em países como Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Indonésia, Jamaica, Panamá, Paraguai, Peru e Filipinas. A expectativa é que esse mecanismo gere mais de US\$ 239 milhões, que serão revertidos para a proteção das florestas tropicais.

www.mma.gov.br



Jogadores de golfe participam do VII Invitational Golf Cup – Instituto Ronald McDonald

Golfe beneficente pelo combate ao câncer infanto-juvenil

No dia 25 de setembro, com o objetivo de arrecadar recursos em prol do combate ao câncer infanto-juvenil, aconteceu o VII Invitational Golf Cup – Instituto Ronald McDonald, em Itu. Idealizado pela Martin-Brower em parceria com o Instituto Ronald McDonald, o torneio contou com mais de 100 jogadores e arrecadou mais de R\$ 100 mil, valor que será destinado à causa. O instituto promove e apoia iniciativas como o Programa Atenção Integral, que dá apoio à qualificação e humanização da assistência oncológica e incentiva o suporte psicossocial a crianças e adolescentes em tratamento contra o câncer e seus familiares. Em 2009, a arrecadação do torneio foi destinada à construção da Casa de Apoio Colorindo a Vida, em Belém do Pará.

www.instituto-ronald.org.br



Alunas do curso de culinária oferecido no Projeto Profissão

Instituto Lojas Renner fecha parceria com Saúde Criança

O Instituto Lojas Renner investirá R\$ 44,4 mil no Projeto Profissão. A iniciativa promove cursos de Culinária, Informática, Costura, entre outros. Este ano serão qualificadas mais de 30 famílias, que escolhem as atividades de acordo com os seus interesses e habilidades. Ao final da qualificação, os participantes ainda recebem um kit com instrumentos para facilitar a entrada no mercado de trabalho. A proposta é prepará-los e capacitá-los para a geração de renda e a manutenção da estrutura financeira após o programa. O investimento realizado pelo instituto cobrirá os custos com instrutores, material didático, uniformes, insumos e transporte. O projeto é uma realização da Associação Saúde da Criança, que desde 1995 já profissionalizou mais de 2.200 pessoas.

www.saudecrianca.org.br



Programas da AlfaSol se beneficiam com parceria com a Bic

BIC e AlfaSol selam parceria

A Bic e a AlfaSol selaram uma parceria com o objetivo de diminuir os índices de analfabetismo nas cidades de Manaus (AM) e Itapororoca (PB). Este ano, o programa de alfabetização pretende atender 750 estudantes. O Bic Educa ainda oferece uma complementação nutricional durante os dias letivos, já que “muitos desses alunos trabalham na área rural o dia todo e não se alimentam adequadamente”, explica o gerente de produto da Bic Brasil, Anderson Gallo. A empresa também irá comercializar nacionalmente produtos com o selo AlfaSol, que terá 7% das vendas revertidas ao programa. As embalagens serão personalizadas com explicações e imagens do projeto. “Essa é uma amostra de como a BIC pode colaborar com a causa”, declara o gerente.

www.alfabetizacao.org.br



Os vencedores do Ranking Benchmarking

Ranking Benchmarking divulga os melhores cases de 2010

Em sua oitava edição, o Ranking Benchmarking premiou as melhores iniciativas ligadas à gestão socioambiental. Foram selecionadas empresas que desenvolvem soluções sustentáveis, inovadoras e bem-sucedidas na área. Para avaliar os cases, a edição contou com uma comissão técnica composta por 15 especialistas de diferentes países. Os jurados atribuíram as notas sem ter acesso ao nome da organização. Ao final do processo, os três melhores projetos escolhidos foram: Sama Minerações Associadas, com o case Programa Sambaíba Artesanatos; Walmart Brasil, com o Sustentabilidade de Ponta a Ponta; e a Duke Energy, pelo Programa de Promoção Florestal. A premiação aconteceu em São Paulo durante a terceira edição da Feira e Congresso Internacional de Boas Práticas Socioambientais (Fibops).

www.benchmarkingbrasil.com.br



Jovens apoiados pelos cursos de qualificação profissional do Instituto Nextel

Cursos de capacitação Instituto Nextel

O Instituto Nextel promove cursos de qualificação profissional destinados aos jovens de 16 a 24 anos. Os interessados precisam estudar em escolas públicas ou já terem concluído o ensino médio. As seleções são realizadas durante os meses de maio e outubro. Além dos cursos, os participantes do programa ainda recebem um ticket de alimentação (cesta familiar), material didático e pedagógico, uniforme e acesso a museus, teatros e outros pontos culturais. Desde o início de suas atividades, em 2007, o instituto já beneficiou mais de 800 jovens. “O intuito é formar o aluno de forma global, para que ele se torne um agente do processo de desenvolvimento pessoal e familiar”, declara Wandreza Ferreira, gerente de Responsabilidade Social da Nextel e diretora do instituto.

www.institutonextel.org.br



Ecobag sustentável usada para reduzir o uso de sacolas plásticas

Lançamento de Sacolas Retornáveis

Estão disponíveis nas lojas da rede Pão de Açúcar três novas sacolas retornáveis. Os modelos foram confeccionados em material 100% PET com capacidade para suportar até 20 kg. A iniciativa acontece em parceria com a Fundação SOS Mata Atlântica e terá parte das vendas revertidas aos projetos desenvolvidos pela ONG. As *ecobags* fazem parte do Programa de Redução das Sacolas Plásticas, que tem como objetivo estimular o consumo consciente. Segundo a gerente de sustentabilidade do Grupo Pão de Açúcar, Lígia Korke, a renovação dos modelos é uma maneira de comunicar a ação e de atrair os clientes para a causa. Atualmente, a rede Pão de Açúcar comercializa oito modelos. Desde o início do projeto já foram vendidas mais de 880 mil sacolas, sendo cerca de 212 mil só em 2010.

www.paodeacucarverde.com.br

BB lança loja sustentável na internet

O Banco do Brasil acaba de lançar a Loja da Sustentabilidade. A iniciativa realiza a comercialização dos produtos confeccionados pelo programa Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS). Nessa primeira fase, estão à venda artigos produzidos nas comunidades Artesanato do Seridó, comunidade de bordadeiras do interior do Rio Grande do Norte; Coop Couro, cooperativa de Presidente Prudente, interior paulista; Dom & Arte, núcleo cooperativo de bonecas de pano de Dom Aquino, no Mato Grosso; e Futurarte, cooperativa de artesãos de Betim, Minas Gerais. A compra acontece via on-line e é efetuada por meio da troca de pontos, que são acumulados durante a utilização do cartão de crédito. Ao todo, o DRS atende mais de 1 milhão de beneficiários distribuídos em mais de 4 mil municípios de todo o Brasil.

www.bb.com.br/lojadasustentabilidade

Avon contra o Câncer de Mama

A Campanha Avon Contra o Câncer de Mama apresenta três novos modelos de camisetas. As peças trazem o laço rosa que simboliza mundialmente o comprometimento da empresa com a causa. Os modelos feminino e masculino são vendidos nos folhetos de cosméticos. A comercialização desses produtos representará uma doação de R\$ 4 para o Instituto Avon. Toda a verba arrecadada será aplicada em centros de prevenção. “O câncer de mama tem cura e a principal aliada nesse sentido é a detecção precoce, que eleva para 98% a chance de sobrevivência”, explica Rita Dardes, diretora e médica do Instituto. Este ano, os atores Bruno Gagliasso, Alinne Moraes, Cléo Pires e Cauã Reymond foram convidados para promover a iniciativa.

www.avoncontraocancerdemama.com.br

Modelo de Relatório Sustentável

A Coca-Cola lançou a Plataforma de Sustentabilidade Viva Positivamente. O lançamento aconteceu no Polo de Reciclagem Jardim Gramacho, em Duque de Caxias (RJ). O novo modelo reúne princípios, valores e áreas de atuações prioritárias para um desenvolvimento econômico e social sustentável. O relatório segue a metodologia da *Global Report Initiative* (GRI) e estabelece padrões para a comparação entre o desempenho das empresas nas questões relacionadas à sustentabilidade. Durante o evento, a Coca-Cola ainda apresentou suas metas para 2020. Entre elas está a reciclagem em 100% de suas embalagens. Atualmente, 91,5% das latas de alumínio e 54,8% das garrafas PET são recicladas. A empresa também assumiu o compromisso de diminuir o impacto ambiental de sua operação.

www.institutococacola.org.br

Campanha com foco em sustentabilidade

A Toyota do Brasil, com apoio de sua fundação, lançou uma campanha institucional com foco em sustentabilidade e meio ambiente. A ação aconteceu em homenagem ao município de São Bernardo do Campo, no Estado de São Paulo. Na primeira fase, a iniciativa convidou a população para escrever mensagens em um *hotsite*. Cada recado representou o plantio de uma muda de árvore em um local público da cidade. As 200 melhores frases ainda foram selecionadas para compor o anúncio de aniversário do município. A ação também será promovida em Indaiatuba (SP) e Guaíba (RS). As páginas estarão disponíveis, respectivamente, nos meses de setembro e novembro. Os internautas ainda podem promover a campanha no Twitter e no Facebook.

www.fundacaotoyotadobrasil.org.br



Douglas Inatbarcio

Ação realizada em Mortugaba (BA) em 2009

Projeto Voluntários do Sertão

Este ano, o Projeto Voluntários do Sertão aconteceu no município de Caitité, na Bahia. A iniciativa disponibilizou, entre os dias 5 e 11 de setembro, atendimento médico, odontológico e cirúrgico para a população local. Também foram realizadas palestras com ênfase em saúde. O objetivo dessas atividades é promover assistência social, segurança alimentar e nutricional. No ano passado, a ação ainda implementou o Programa de Capacitação e Geração de Renda, que contribui para a agricultura familiar. Em nove edições, o projeto já realizou mais de 45 mil atendimentos. Além da cidade de Caitité, outros 11 municípios e uma comunidade quilombola foram beneficiados pela ação.

 www.voluntariosdosertao.org



Lara Rom Frógsheio

Encerramento da campanha durante a Bienal do Livro

Campanha “Mãe, Lê Pra Mim?”

A Campanha “Mãe, Lê Pra Mim?” recebeu mais de 4 mil doações de livros. Promovida pelo Instituto Pró-Livro (IPL), a iniciativa surgiu a partir da pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*. Entre outros dados, o estudo indicou que 73% das crianças criam o hábito da leitura por influência materna. Dessa forma, o objetivo principal da ação foi incentivar as mães a promoverem a leitura para seus filhos. Com as arrecadações, mais de 600 famílias serão beneficiadas em todo o Estado de São Paulo. O projeto ainda irá destinar parte das obras para três penitenciárias e para a Associação Viva e Deixe Viver. O encerramento da campanha aconteceu durante a 21ª Bienal do Livro de São Paulo. O IPL teve o apoio do Plano Nacional do Livro e Leitura e do Ministério da Cultura.

 www.prolivro.org.br



Divulgação

Dr. Marcos Biasoli, realizador do evento durante palestra

XI Congresso Brasileiro do Terceiro Setor

Com o objetivo de discutir temas voltados ao direito, à contabilidade e à captação de recursos, aconteceu em São Paulo o XI Congresso Brasileiro do Terceiro Setor, no dia 24 de setembro. O foco principal do evento foi o novo marco legal e contábil do Terceiro Setor, especificamente o decreto nº 7.237/10, que regulamentou a nova Lei da Filantropia, nº 12.101/09. Na programação estavam presentes temas como as mudanças nas regras contábeis, auditoria das entidades filantrópicas, planejamento legal e tributário, captação de recursos públicos e privados. O evento foi realizado pela Econômica Desenvolvimento Empresarial.

 www.economica.com.br



Divulgação

Orquestra Sinfônica de Jerusalém

Liga Solidária e Unibes trazem orquestra para arrecadar fundos

A católica Liga Solidária e a judaica Unibes se uniram em prol de seus programas sociais. As organizações convidaram a Orquestra Sinfônica de Jerusalém para uma apresentação na Sala São Paulo. Segundo a vice-presidente da Liga Solidária, Carola Matarazzo, a escolha não foi por acaso. “Queríamos um espetáculo que, além de trazer cultura, simbolizasse essa união, e nada melhor do que a Orquestra de Jerusalém, berço das religiões”, explica a representante. Toda a renda obtida com a venda dos ingressos foi revertida para os projetos sociais das duas entidades, que atendem cerca de 10,4 mil pessoas. Para a vice-presidente da Unibes, Célia Parnes, a iniciativa “mostra que é possível respeitar as diferenças e se unir em busca de um bem maior”.

 www.ligasolidaria.org.br
www.unibes.org.br



Aline Rissatto Teixeira, chef e nutricionista da ONG



Guga comemora o aniversário do IGK

Consulado da Mulher participa de Encontro Anual da CGI

O Instituto Consulado da Mulher, ação social da marca de eletrodomésticos brasileira Consul, participou do encontro anual promovido pela Clinton Global Initiative (CGI). Em sua sexta edição, o evento teve como proposta reunir representantes dos setores público, privado e não-governamental para confrontar os grandes problemas mundiais, com propostas de ações e soluções. Na ocasião, o Instituto apresentou os programas Mulher Empreendedora e Usinas do Trabalho. Os projetos, dedicados à geração de trabalho e renda, já beneficiaram mais de 1.090 mulheres e seus familiares. O encontro promovido pela CGI aconteceu em setembro na cidade de Nova York, nos Estados Unidos.

 www.consuladodamulher.com.br

Avape aumenta número de atendimentos

Em 2009, a Associação para Valorização de Pessoas com Deficiência (Avape) aumentou em 300% o número de atendimentos realizados. Com isso, mais de 606 mil pessoas foram atendidas nos projetos da organização, que está presente no Sudeste, Norte e Nordeste do país. "As áreas que mais cresceram foram: o programa Estratégias de Saúde da Família e o Ação Social e Capacitação Profissional, exatamente porque dispuseram de mais recursos advindos de parcerias municipais, estaduais e federais, além do setor privado", explica a presidente da Associação, Sílvia Cury. Para o próximo ano, o objetivo é dobrar o número de atendimentos e ter unidades em todas as regiões do Brasil. Os números da Avape estão disponíveis no Relatório de Atividades 2009 e foram auditados pela consultoria KPMG.

 www.avape.org.br

Banco de Alimentos apresenta o Projeto Chef Solidário

A ONG Banco de Alimentos lançou o projeto social Chef Solidário. A iniciativa reunirá estabelecimentos gastronômicos em uma rede colaborativa. O objetivo é combater a fome e o desperdício de alimentos. Os colaboradores realizarão mensalmente doações financeiras em prol das ações desenvolvidas pela organização. As cotas são divididas em três categorias e variam de R\$ 100 a R\$ 300. Com a iniciativa, os participantes receberão uma certificação que agradece "a visão social e o comprometimento humano do estabelecimento, por atuar como parceiro especial do projeto Chef Solidário". A ONG ainda irá orientar e conscientizar os participantes sobre o uso adequado dos alimentos por meio de palestras, eventos e workshops.

 www.bancodealimentos.org.br

Instituto Guga Kuerten completa 10 anos

O Instituto Guga Kuerten (IGK) completou 10 anos de existência. A celebração contou com a presença de Alice Kuerten, presidente da instituição, e dos alunos dos núcleos IGK de Palhoça e São José (SC). No instituto são realizadas oficinas esportivas e atividades educacionais destinadas às crianças e adolescentes de escolas públicas e portadores de deficiência. "O IGK nasceu por influência da minha mãe, que é assistente social, e do meu irmão, Guilherme. Sempre que eu participo das atividades com as crianças me lembro dele e ganho ânimo para continuar trabalhando", explica o ex-tenista Gustavo Kuerten, que também esteve presente durante as comemorações. "Tomara que essa seja a primeira década de muitas", declara Guga.

 www.igk.org.br

Amazonas Sustentável lança projeto de turismo

A Fundação Amazonas Sustentável (FAS) lançou o Projeto de Incentivo ao Turismo Comunitário no Amazonas. A iniciativa está inserida nas atividades do Programa Bolsa Floresta, que apoia ações em prol da valorização e conservação do meio ambiente. "O objetivo é preparar as comunidades para o turismo sustentável, de maneira a incentivar a geração de renda. Pelo que pudemos perceber, essa primeira experiência foi muito gratificante para ambos os lados", explica o superintendente-geral da FAS. O projeto conta com o apoio da Secretaria do Amazonas de Desenvolvimento Sustentável e do Estado de Planejamento; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; Instituto de Pesquisas Ecológicas; Fundação Vitória Amazônica; e Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas.

 www.fas-amazonas.org

Monitoramento da violência contra a mulher no Ceará

A sociedade cearense conta com uma nova ferramenta para monitorar e prevenir os casos de violência contra a mulher. Trata-se do Observem, um observatório on-line que tem como objetivo reforçar as redes de apoio e acompanhar as políticas públicas destinadas à causa. De acordo com a coordenadora do projeto, Maria Helena de Paula, a intenção é analisar os dados para combater as agressões. "Queremos saber quais os meses, os horários e os bairros em que mais ocorre essa violência para direcionar melhor a política". Segundo a coordenadora, o próximo passo é a elaboração de um boletim a partir desses dados. Por enquanto, a iniciativa já disponibiliza pesquisas, artigos científicos, monografias, dissertações, revistas e documentos nacionais e internacionais sobre o tema.

 www.observem.com



Crédito a custos baixos

Leonardo Letelier, fundador da sitawi, fala sobre trabalho com empréstimos a juros mais baixos para organizações sociais e as possibilidades de aumentar o impacto das ações

Por Thaís Iannarelli

“**D**esenvolver infraestrutura financeira para o setor social no Brasil, acreditando que financiamento adequado e aconselhamento efetivo fortalecem as organizações sociais e aumentam seu impacto junto às causas e beneficiários”. Esta é a missão defendida pela sitawi, organização sem fins lucrativos, caracterizada como um Fundo Social, que amplia o impacto de organizações e empresas que se comprometem com causas sociais e ambientais no país.

Seu fundador, Leonardo Letelier, tem mais de três anos de experiência em investimento e dez anos em consultoria estratégia e social pela McKinsey & Co. Também foi diretor da Iniciativa Cidadania Econômica para Todos, na Ashoka. A intenção da sitawi, por meio do Fundo Social, é financiar organizações sociais que geram receita própria e podem se beneficiar de empréstimos com uma taxa de juros adequada, que leva em conta seu impacto social.

Em entrevista à **Revista Filantropia**, Letelier fala sobre a transferência de recursos, a sustentabilidade e o acesso ao crédito no Brasil.

Revista Filantropia: *Como surgiu a ideia do empréstimo de capital às organizações sociais?*

Leonardo Letelier: Começou com a percepção de que só o aconselhamento para as instituições não bastava e, por outro lado, só o capital também não era suficiente. Então, comecei a pensar que deveria ter algum jeito de dar mais do que só capital e mais do que só aconselhamento. Tentei juntar as duas coisas. A outra percepção foi do ponto de vista da quantidade, volume de recursos. O volume de doações no Brasil chega

a aproximadamente R\$ 5, 10 bilhões. Só que de crédito são R\$ 500 bilhões. Quer dizer, são 100 vezes mais, e enxergamos o dinheiro como potencial de impacto social. Aí percebemos que o setor social como um todo deixava de lado um valor grande e, concentrando nas doações, falávamos só de 2% do bolo. Foi daí que surgiu a sitawi, não porque o empréstimo vai ser a solução para todos os males, nem porque o dinheiro deve ser emprestado e as doações devem ser abandonadas. Muito pelo contrário, mas quando o empréstimo fizer

sentido, esse capital deveria estar disponível. E quanto mais isso acontecer, mais tende a acontecer.

RF: E qual é a expectativa quando se faz um empréstimo para uma organização, em relação à sua estratégia para devolução do dinheiro e, principalmente, sobre como ele será usado?

LL: Hoje o que fazemos é pegar uma série de modelos que não foram desenhados para serem sustentáveis e tentando mudar esse ponto de vista. Porque antes não existia essa preocupação. Nós queremos fazer com que o empréstimo seja uma coisa comum para a próxima geração de empreendedores sociais. Por exemplo, imagine se um dentista quer fazer algum tipo de ação social. Ele pode pegar R\$ 5 mil emprestado de alguém todo mês para fazer um atendimento na favela, ou, por outro lado, pode pegar um tanto em doação, outro tanto em empréstimo, vários tipos de capital. Assim, em vez de atender três crianças, vai atender 300. Obviamente ele tem de montar um modelo que consiga gerar o capital a ser devolvido

RF: De onde vem o capital para os empréstimos?

LL: Já emprestamos quase R\$ 1 milhão e não temos inadimplência nas devoluções. O volume ainda é pequeno, mas é justamente porque temos pouco dinheiro no Fundo Social, que tem cerca de R\$ 500 mil hoje. Isso faz parte da dinâmica do modelo, porque as doações entram na Sitawi, para o Fundo Social que criamos como Oscip. Então, essas doações entram no fundo e são emprestadas; depois, as devoluções retornam para o fundo e são emprestadas novamente. Isso tem um efeito de multiplicação do impacto social e, por isso, só com R\$ 500 mil conseguimos emprestar já quase R\$ 1 milhão.

RF: Como as instituições podem ter acesso ao crédito oferecido pelo Fundo Social?

LL: Primeiramente, precisamos ver se a ação tem impacto social. Em segundo lugar, precisamos saber se a instituição consegue devolver o dinheiro, já que se trata de um empréstimo. Precisamos saber se há alguém ou uma equipe dedicada à operação de negócio. Faz parte da missão também dar acesso a quem não tem crédito, ou a quem teria muitas dificuldades de conseguir acesso a isso em uma instituição financeira, por exemplo. Por isso também, ao conhecer a instituição que precisa do crédito, fazemos a pergunta: essa organização vai estar melhor depois do

empréstimo? Porque ela pode até devolver o dinheiro, mas pode estar na pior. Como não é essa nossa intenção, fazemos essa pergunta final.

RF: Vocês fazem algum tipo de acompanhamento às instituições que recebem o empréstimo?

LL: Fazemos um aconselhamento estratégico, não acompanhamento. Vamos apoiar algumas decisões específicas que sejam importantes para o negócio, como ajudar com alguma certificação, ou com uma planilha de fluxo de caixa. O que não fazemos é ficar de mãos dadas gerenciando o negócio com eles. Isso porque queremos estar sempre entre um processo mais tradicional de filantropia e um banco. A filantropia te dá o dinheiro e não pede de volta. O banco empresta o dinheiro, cobra caro por isso e não dá nada em troca, em termos de assessoria. Nós ficamos no meio do caminho. Emprestando o dinheiro, cobramos juros abaixo do mercado, cerca de 1% ao mês, e damos também aconselhamento estratégico para as ações.

RF: Como você vê a realidade do Terceiro Setor hoje em relação ao acesso ao crédito?

LL: Nas organizações sociais há muito pouco acesso. Na verdade, sempre perguntamos se os nossos clientes já têm crédito, se já conseguiram ou não. A maioria não consegue ou até consegue, mas não o que realmente precisavam. Em um caso, a pessoa precisava de R\$ 100 mil com uma taxa de juros adequada, e o que o banco ofereceu foi R\$ 10 mil, ou seja, não resolveu o problema. Então, acesso todo mundo tem, mas acesso a um crédito adequado, na prática, ninguém tem. E estamos trabalhando porque queremos que isso aconteça.

RF: Você acha que elas estão preparadas para administrar esse tipo de apoio?

LL: Não dá pra falar de modo geral, porque algumas estão e outras não. O setor social é muito heterogêneo. A razão para isso também é que a cultura de crédito no Brasil é recente. Quando você tem na economia uma hiperinflação e as taxas de juros altas, que ainda temos, não faz sentido você pegar um crédito. E crédito é um compromisso fixo que se faz e, quando a economia está variando, não é exatamente bom você ter um compromisso fixo. Por isso, durante muito tempo não era uma coisa recomendável. Atualmente, a mentalidade de crédito passa a ser uma coisa mais comum, então esse processo ainda está acontecendo no Brasil. 🔄

O volume de doações no Brasil chega a aproximadamente R\$ 5, 10 bilhões. Só que de crédito são R\$ 500 bilhões. Quer dizer, são 100 vezes mais, e enxergamos o dinheiro como potencial de impacto social

Ministério público como o novo certificador de qualidade do Terceiro Setor



Marcos Biasioli

marcos@mbiasioli.adv.br

Advogado, pós-graduado em Direito Empresarial pela The European University, administrador de empresas pela Universidade Mackenzie, consultor jurídico do Terceiro Setor, idealizador e membro do Conselho Editorial da Revista Filantropia.

O profissional mais respeitado no mundo empresarial da década de 1980, o americano Lee Iacocca, ora conhecido como o “gênio dos automóveis” (pois, ao ser demitido por Henry Ford depois de mais de 30 anos de dedicação, assumiu a Chrysler, que estava à beira da bancarrota e, mais tarde, veio a desbancar a própria Ford), utilizava-se de uma metáfora que virou regra de conduta na administração atual: “O fracasso está para o capitalismo como o inferno está para o cristianismo”.

Considerando-se que a qualidade é tida como o principal ingrediente para o sucesso, havia uma lacuna no Segundo Setor acerca de um modelo para o estabelecimento de sistemas de gestão de qualidade, quando então foi criada em Genebra a International Organization for Standardization – ISO, que possui uma aceitação universal na definição de modelo de qualidade. Atualmente, existem mais de 300 mil tipos de certificações de qualidade para todos os segmentos, inclusive voltados para a área de responsabilidade social, no caso, a SA 8000 – Gestão de Responsabilidade Social.

Muito embora haja um avanço no Terceiro Setor no quesito qualidade, que envolve não só a prestação do próprio serviço social, mas também a relação das lideranças e pessoas do núcleo, inclusive os voluntários, com a gestão econômica, contábil, jurídica e, principalmente, a adequação na prestação

de contas, nem todos os entes possuem recursos econômicos capazes de fomentar a contratação de organismos certificadores de qualidade, o que fortalece a acreditação de tais ícones sociais.

O reconhecimento de utilidade pública (federal, estadual e municipal), de entidade beneficente de assistência social e de organização de interesse público e social, todos emitidos por órgãos do Poder Executivo, são também sinalizadores de qualidade social. Porém, ao mesmo tempo em que são agregadores de acreditação social, também funcionam como desacreditadores na hipótese do descumprimento de um dos mais básicos requisitos que levam o ente a derrapar na busca da certificação, como já vem acontecendo com inúmeras entidades que estão padecendo de credibilidade na saga de recursos para a sustentabilidade da sua missão, o que ameaça a sua própria existência.

O fenômeno da desacreditação diante da recusa da renovação de determinada certificação pública está preso ao fato de que o órgão certificador não constrói tutela para que o ente busque a excelência, mas o censura na hipótese do descumprimento de regras, ao contrário do que ocorre com as acreditações emanadas pela iniciativa privada, que são erigidas justamente para corrigir erros de percurso na gestão, como é o caso do trabalho realizado pela Joint Commission on Accreditation of Healthcare

Organization (JCAHO) e pela Organização Nacional de Acreditação (ONA), as quais visam à melhoria da qualidade dos serviços de saúde.


Há, sem sombra de dúvida, uma lacuna no Terceiro Setor quanto a esse quesito de reconhecimento de qualidade e, em alguns casos, as certificações públicas, em vez de atestar qualidade, prestam um desserviço para a sociedade, pois os critérios de avaliação são frios e calculistas, tirados de relatórios e demonstrações contábeis que nem sempre espelham a realidade do trabalho social dos entes que complementam a obra estatal.

Ocorre que nem todos os entes sociais são passíveis de avaliações públicas, dada a plenitude da liberdade constitucional de livre associação, que somente deixa de existir quando: ele se torna híbrido, isto é, passa a exercer a prerrogativa constitucional de complementar a obra do Estado mediante o recurso do erário público, que agrega ao seu orçamento de forma direta (transferências por meio de instrumentos de repasse econômico) ou indireta (incentivos fiscais e ou isenção/imunidade); há relação econômica de risco para com o cidadão (sorteios, campanhas arrecadatórias, atividade de meio – comércio/indústria – entre outros).

Partindo do pressuposto que as clássicas certificações públicas somente são emitidas a partir da iniciativa do ente social, e que aquelas de natureza

privada são contratadas pelo próprio ente, não é exagero afirmar que elas não são completamente desnudas da influência do requerente/contratante.

Por outro lado, o Ministério Público, que recebeu o encargo constitucional (art. 127) de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis e, conseqüentemente, a ordem legal de velar pelas fundações (art. 66 do Código Civil), talvez até de forma despercebida, está se tornando um certificador de qualidade do Terceiro Setor, uma vez que seus atores estão trocando o gabinete pelo campo de ação. Assim, em vez de censurar ou condecorar, como as clássicas certificações públicas fazem, estão permeando pelos mesmos caminhos dos organismos certificadores privados, ou seja, participando da sociedade civil organizada, auditando seu trabalho, questionando o emprego do recurso do erário público, sugerindo o respeito à vontade do instituidor, para depois aprovar ou não as contas e anseios da gestão do ente social.

Dada a histórica e legal interferência do *Parquet* naquilo que lhe cabe, as fundações possuem maior credibilidade do que as associações, que via de regra não contemplam tal ingerência. Por isso, o Terceiro Setor tem algo a brindar, pois nasce uma nova certificadora nacional, que não é da ISO, mas sim do Ministério Público: MPS 012010! 

Partindo do pressuposto que as clássicas certificações públicas somente são emitidas a partir da iniciativa do ente social, e que aquelas de natureza privada são contratadas pelo próprio ente, não é exagero afirmar que elas não são completamente desnudas da influência do requerente/contratante



Assessoria
Empresarial e Contábil

Rua do Ouvidor, 130 – sala 614 - Centro
Rio de Janeiro – RJ – Cep 20040-030
Tel.:(21) 2210-0859 Fax. (21) 2508-6649

SUA CONTABILIDADE DO TERCEIRO SETOR NO RIO DE JANEIRO

Serviços Contábeis Especializados no 3º Setor

- Assessoria de Recursos Humanos do terceiro Setor e Voluntários
- Qualificação do Terceiro Setor: OSCIP, U.P. e outros;
- Assessoria, planejamento e prestação de contas de projetos para Financiadores
- Controle automático e renovação de Certidões Negativas



Informações pela Web com total segurança

www.r2assessoria.com.br





Participantes do Festival Latino-Americano 2010, em Recife

Tendências da captação de recursos

Festival Latino-Americano de Captação de Recursos 2010, realizado em Recife, trouxe temas relacionados à área com a atuação dos participantes por meio do Espaço Aberto

Por Thaís Iannarelli

Seguindo as tendências, ideias e conceitos inovadores que norteiam a captação de recursos no Brasil, a Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR), com correalização da Revista Filantropia e parceria institucional da Resource Alliance, realizou o Festival Latino-Americano de Captação de Recursos 2010 (FLAC). A segunda edição do festival aconteceu em Recife, com a ideia de desenvolver eventos de capacitação em outros Estados. Recife é uma cidade com muita atividade ligada ao Terceiro Setor, motivo pelo qual foi escolhida para ser sede do FLAC.

O evento aconteceu no início de setembro e reuniu aproximadamente 250 pessoas de vários cantos do país, além de convidados da Argentina e da Espanha. Com formato diferenciado, o festival abriu a discussão sobre temas ligados aos desafios da captação de recursos, à diversificação das entradas de recursos envolvendo os três setores: governo, empresas e ONGs, além de indivíduos.

“A diretoria da ABCR, que iniciou seu mandato em 2007, tinha como objetivo resgatar diversas atividades para os associados. Uma dessas atividades era realizar um grande evento anual entre os captadores. Quando decidimos isso, nossa intenção era realizar algo em um formato diferente, inovador”, conta Rodrigo Alvarez, representante da Resource Alliance no Brasil.

Inovação

De fato, o formato do FLAC vem com a ideia do Espaço Aberto (Open Space), que, como o próprio nome diz, abre espaços para que todos os presentes possam sugerir temas e escolher o que mais lhe agrada entre opções simultâneas de palestras. “O que mais me chamou a atenção em relação ao formato foi a possibilidade de as pessoas proporem temas a serem discutidos, o livre acesso dos participantes nas palestras e rodas de conversa. A maneira como

o festival foi conduzido permitiu que todos ficassem muito à vontade”, conta Rafaela Emerenciano, analista de marketing da AACD Pernambuco e uma das participantes do evento.


O clima próprio do Espaço Aberto permitia que as pessoas se locomovessem livremente pelas salas. Caso algum tema não fosse considerado interessante, outras dez salas estavam disponíveis com temas diversos. “Acho que a principal diferença é a abundância de temas e palestrantes, já que o evento todo se torna um grande debate. Diversas salas simultâneas compõem o conteúdo do festival e, com isso, a riqueza de matéria é enorme”, explica Marcio Zeppelini, editor da Revista Filantropia e correalizador do evento.

Temas

Profissionais de diversas áreas falaram sobre temas voltados para captação de recursos em âmbitos diferenciados. Marcelo Estraviz, presidente da Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR), apresentou dois temas para os participantes: Como montar e desenvolver a profissionalização de um departamento de captação de recursos, treinar a equipe, animar voluntários e trabalhar com o conselho da organização social; e Redes sociais on-line: um novo jeito de angariar recursos.

Marcelo Iniarra, da Argentina, trouxe o tema das novas mídias e últimas tendências do tema; da mesma forma, Norma Galafassi falou sobre a criação de uma imagem única para as organizações, mostrando um guia básico de marcas e posicionamento. “O festival foi muito enriquecedor e produtivo. Fizemos questionamentos básicos que ainda surgem sobre o Terceiro Setor, como as formas de doação, apadrinhamento, patrocínio e parcerias”, conta Luciene Martins, do Centro Terapêutico Casa de Acolhida Crescer no Amor, outra participante do Festival.

Outros temas, como grandes doadores, financiadores internacionais, comunicação, criatividade, Lei Rouanet, incentivos fiscais, planejamento estratégico e doação por indivíduos também foram abordados por convidados e participantes.

Para 2011, a ideia é que o festival continue sendo um espaço aberto a todos para discutir novos temas relacionados à captação de recursos. “Queremos continuar trazendo palestrantes de alto nível técnico, tanto nacionais quanto internacionais. Também queremos intensificar a atuação dos participantes antes do evento”, explica Alvarez. 



Roda-viva: momento de debates no FLAC



Palestras realizadas simultaneamente davam a oportunidade de abordar diversos temas



PRÊMIO 10

HISTÓRIA QUE MOBILIZA

Em sua segunda edição, três histórias de projetos interessantes e inovadores são premiadas

A **Revista Filantropia** e a Resource Alliance promoveram a segunda edição do prêmio Uma Boa História Mobiliza. O objetivo era estimular a divulgação de experiências interessantes de captação de recursos vividas pelas organizações sociais. Dentre as 64 histórias enviadas, os três vencedores, de diferentes regiões do país, mostraram que, com criatividade e dedicação, é possível mudar realidades.

Conheça agora as histórias do projeto Cabra é Bom, de Pernambuco; do Instituto Rodrigo Mendes, de São Paulo; e do Socorro aos Necessitados, do Paraná.



Cabra é bom: projeto do interior de Pernambuco leva oportunidade de geração de renda à comunidade

Associação de Desenvolvimento Comunitário Rural Dona Quitéria/ Pernambuco – PE

Para ajudar pessoas carentes que vivem no interior de Pernambuco, a Associação de Desenvolvimento Comunitário Rural Dona Quitéria desenvolve o projeto Cabra é Bom. A iniciativa funciona da seguinte forma: doa-se uma cabra para as pessoas, que se comprometem a cuidar do animal até que ele dê cria. Dessa forma, um dos filhotes, preferencialmente fêmea, é devolvido ao projeto para dar continuidade à ação, sendo doado para outra pessoa.

Certa vez foi doada uma cabra a uma senhora muito pobre que tinha sido mãe recentemente. No mesmo período, a cabra também deu cria. A senhora, por ter problemas para amamentar o seu bebê, utilizou o leite do animal. O aprendizado foi tremendo para todos da comunidade. Como diz o ditado em nossa região, 'com uma cajadada matamos dois coelhos': o bebê e o filhote da cabra foram alimentados.

A história foi um aprendizado para todos da comunidade. O leite da cabrinha supriu a falta do leite da mãe. E a ideia do projeto é justamente essa: suprir as necessidades das pessoas para que elas possam ter seu rebanho.

 www.igrejaobpc.com.br

Instituto Rodrigo Mendes/São Paulo – SP

Era apenas uma tarde de domingo e Rodrigo esperava por um simples encontro com os amigos. Seu grande desejo era ser médico, mas o convite para dar aulas de pintura surgiu por acaso. Em um primeiro momento, o mundo das artes pareceu uma ideia pouco atrativa. Mas diante das intensas sessões de fisioterapia, a atividade poderia tornar os seus dias mais interessantes.

Em pouco tempo, várias aquarelas coloriam o seu quarto, despertando o interesse daqueles que o visitavam. O entusiasmo era tanto que amigos e familiares se mobilizaram para organizar uma pequena exposição. E quem poderia imaginar que dessa iniciativa surgiria um projeto social? Essa experiência foi tão marcante para o processo de recuperação do Rodrigo que ele fez questão de compartilhar sua história com outras pessoas. A partir desse fato, nasceu o Instituto Rodrigo Mendes.

A organização social desenvolve programas de inclusão nos campos da Arte e da Educação. O objetivo principal é investir em ações que gerem oportunidade para pessoas em situação de vulnerabilidade. Como parte das atividades pedagógicas, desde 1997, ao final de cada ano letivo, são organizadas exposições com a produção dos alunos.

Para valorizar o trabalho artístico e gerar renda tanto para os autores das obras quanto para o instituto, foi criado um Banco de Imagens que realiza a catalogação digital desse acervo. Em geral, 20% do valor da venda da arte é revertida para o aluno e 80% para a sustentabilidade das ações do instituto. Dependendo do formato da parceria, esse modelo pode ser alterado.

Hoje, as imagens estampam produtos de importantes empresas como Tilibra, Bauducco e Artex, e uma coleção própria de porcelanas é vendida no varejo e no mercado corporativo. Como resultado, já foram gerados mais de R\$ 100 mil em direitos autorais e mais de R\$ 75 mil com a venda das obras. E esta história não para por aqui. Este ano duas novas parcerias foram fechadas.

A produção artística interna representou um grande ativo para o instituto. Isso serviu como ponto de partida para a criação de uma área de autossustentabilidade financeira. O histórico do relacionamento com os clientes do Banco de Imagens aponta para outros importantes aprendizados: evitar a postura do instituto de mero assistencialista, construir parcerias a partir de um entendimento de benfeitorias para ambas as partes, ter cuidado na forma como a parceria será divulgada na mídia e no próprio ponto de venda do parceiro, além da publicação dos resultados alcançados.



Produtos desenvolvidos no Instituto Rodrigo Mendes

Outro ponto importante foi a busca pela profissionalização da exploração do Banco de Imagens. Para se manter competitivo no mercado e atender a demanda de importantes empresas, é indispensável que a organização proponha e respeite padrões de qualidade e estética dos produtos. Para isso, o instituto estabeleceu uma parceria com uma empresa especialista em licenciamento e design com o objetivo de padronizar e garantir a sua identidade visual.

Esses itens contribuíram para o fortalecimento e a valorização do trabalho, aumentando a credibilidade institucional que é também um importante ativo do instituto, sendo indispensável no momento da prospecção e no desenvolvimento de novas parcerias.

Além da geração de recursos e do orgulho de associar o trabalho da organização a marcas importantes, essas parcerias permitiram, por meio da sua capilaridade e de seus canais de distribuição, levar a causa e o trabalho do instituto para o conhecimento de um número maior de pessoas, inclusive para outros países da América do Sul.

Por isso, o maior ganho da organização com todos esses aprendizados foi valorizar criativamente a produção dos programas pedagógicos. Por meio deles, desenvolvemos uma alternativa de sustentabilidade para suas atividades, buscando sempre atualizações e melhorias para competir e criar, profissionalmente, novas ideias e oportunidades.

 www.institutorodrigomendes.org.br





César Massa, do Recanto do Tarumã, posa para foto como piloto

Socorro aos Necessitados/Curitiba – PR

Em 1941, um grupo de empresários do Paraná decidiu criar uma associação civil de caráter filantrópico – a Socorro aos Necessitados. A instituição presta assistência a idosos e crianças carentes, abrigando-os em lugares apropriados: creches e centros de permanência. Atualmente, a entidade mantém o Lar dos Idosos Recanto do Tarumã; o Centro de Educação Infantil Meu Pequeno Reino; e o Centro de Atenção à Pessoa Idosa.

Nesses anos de atuação, algumas campanhas foram desenvolvidas, em especial a Resgatando Sonhos, realizada para mobilizar recursos em prol do Lar dos Idosos Recanto do Tarumã. Detalhe: a verba para implementá-la era nenhuma! Então, o primeiro passo foi reunir gestores e atuais parceiros (fotógrafo, agência de comunicação, assessoria de imprensa etc.). Nessa reunião ficou decidido que iríamos trabalhar o conceito Resgatando Sonhos para desmitificar a ideia de que asilo é um lugar para se esperar a morte chegar.

Com o roteiro finalizado, o passo seguinte era realizar a produção das fotos para a campanha. E foi em um clima de glamour, emoção e nostalgia que o trabalho foi produzido. De um lado, cinco idosos moradores do lar entusiasmados com a ideia de registrar os seus sonhos. Do outro, cinco personalidades curitibanas sensibilizadas com a possibilidade de mudar essas e outras vidas para melhor.

Sossela foi o profissional responsável pela sessão de fotos, que registrou os participantes em duplas de acordo com o hobby, profissão e sonho. Ari Leitoleg, 72, fez par com a dj Bibba Pacheco, compartilhando a paixão pela dança. César Massa, engenheiro agrônomo, 64, dividiu o comando do avião bimotor com o piloto Eloy Biesuz. O jardineiro Pedro Silva, 91, exibiu girassóis ao lado do empresário Mauro Tessler. Alteviro Bozza, 74, tocou violino com o maestro Paulo Torres. E Jorge Xavier de Barros, 85, escreveu poesias com a escritora Anita Zippin.

Essa iniciativa nos fez aprender que da necessidade surge a oportunidade. A solução para um problema normalmente é simples e está na própria instituição. Todos

se solidarizam por uma boa causa e por uma boa história. Como toda entidade do Terceiro Setor, nosso maior desafio é a sustentabilidade financeira. Surge daí outra grande dificuldade: como vender o nosso peixe? Como contar a nossa história? Como ter um diferencial? Como ter destaque? Como chamar a atenção? Como despertar o interesse? Como sensibilizar e mobilizar recursos para a causa do idoso?

Aprendemos, sem dúvida, que “uma boa história mobiliza”. Mobiliza todos os tipos de recursos. Nossos resultados com a campanha foram: venda de camiseta, visibilidade, divulgação, mídia espontânea, doações, visitas, voluntariado, parcerias e alianças. A iniciativa começou como uma ação pontual, mas, por força da mídia, surgiram parceiros e mais parceiros. Fizemos um “repique” da campanha e a venda das camisetas tornou-se permanente.

Por meio da mobilização de recursos percebemos a importância do planejamento participativo e de um plano de comunicação integrado e eficaz. Não basta ter uma ideia, é preciso acreditar, mobilizar parceiros e fazer acontecer. Para o desenvolvimento pleno da instituição ainda é necessária a profissionalização da gestão. Constatamos a importância do trabalho em equipe e a necessidade de estarmos preparados para os ajustes e para aproveitar as oportunidades.

A campanha foi um sucesso e virou *case* da instituição, inclusive já apresentado em universidades e outras ONGs. Para as pessoas envolvidas, a ação gerou a consolidação do posicionamento da organização e o resgate dos sonhos, além de proporcionar principalmente motivação, sinergia, alegria, contentamento. Nesse caso, “vestir a camisa” não é apenas uma metáfora.

“Quando se sonha sozinho é apenas um sonho. Quando se sonha junto é o começo da realidade”. (D. Quixote)

 www.socorroaosnecessitados.org.br



Ari Leitoleg e Bibba Pacheco dançam para campanha

Precisa se comunicar com públicos relacionados a iniciativas ambientais?



Para gerenciamento de crises, ações de comunicação, relacionamento com entidades de classe e comunitárias, entre outras atividades, a Maxpress disponibiliza ao mercado o Ambiental.

Dentro de uma plataforma on-line, o Ambiental agrega todos os públicos para o seu relacionamento corporativo com as mais diversas áreas ambientais. Dessa maneira sua ação será focada e ágil, com resultados assertivos e diretos.

Maxpress - Tecnologia para Relacionamentos com Públicos Estratégicos

(11) 3341-2800
www.maxpress.com.br

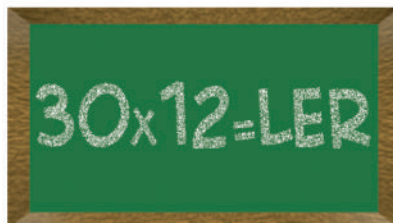
Maxpress

Dividir conhecimento para multiplicar oportunidades

Andréia Tenório dos Santos
Alfabetizadora da Alfabetização Solidária

Robson Martins da Silva
Aluno da Alfabetização Solidária

Com apenas R\$ 30,00 por mês durante 12 meses, você adota um aluno. A AlfaSol já atendeu mais de 5 milhões de pessoas e capacitou cerca de 254 mil alfabetizadores em mais de 2,4 mil municípios brasileiros. Escreva essa história de sucesso no seu coração!



Ligue **0800 727 17 21**
www.alfasol.org.br

Bolsas de estudo e sua contabilização



Sergio Monello

atendimento@sergiomonello.com.br

Advogado, contabilista, professor, Salesiano cooperador, sócio da Advocacia Sergio Monello e do Escritório Contábil Dom Bosco.

A bolsa de estudo é uma concessão de gratuidade escolar. É um benefício, regra geral, de assistência social educacional. Não se pode caracterizar “desconto” no pagamento de parcelas da anuidade ou semestralidade escolar como sendo “gratuidade”. A gratuidade é um benefício que objetiva a promoção da pessoa, enquanto o desconto tem caráter eminentemente comercial, financeiro, administrativo e de marketing.

Hoje, as entidades beneficentes educacionais, para que possam ser certificadas como Entidade Beneficente de Assistência Social, devem atender à lei nº 12.101/2009 e ao decreto nº 7.237/2010, alterado pelo decreto nº 7.300/2010.

Para as entidades educacionais que objetivem sua certificação, o art. 14 da lei nº 12.101/2009 dispõe que a bolsa de estudo se refere às semestralidades ou anuidades escolares fixadas na forma da lei, vedada a cobrança de taxa de matrícula e de custeio de material didático.

Esse mesmo artigo, em seu § 1º, obriga que a bolsa de estudo integral seja concedida ao aluno cuja renda familiar mensal *per capita* não exceda o valor de um salário mínimo e meio. O § 2º do art. 14 da lei nº 12.101/2009 dispõe que a bolsa de estudo parcial será concedida ao aluno cuja renda familiar mensal *per capita* não exceda o valor de três salários mínimos.

É importante destacar que a instituição de educação, para fazer a concessão de bolsa de estudo para os


fins de atendimento em gratuidade do percentual de 20% da receita bruta efetivamente recebida ou nos outros casos previstos nessa lei, deve estar devidamente organizada em documentos que comprovem o levantamento socioeconômico do educando ou de seus responsáveis legais.

Deve, ainda, manter em seus arquivos esses documentos que comprovem efetivamente a renda familiar do educando. E quando se fala em renda familiar, esta deve ser comprovada com documentos de cada um dos membros da família. O educando ou seu responsável legal deve comprovar faticamente a renda familiar e seu enquadramento nas exigências da lei nº 12.101/2009.

Todas as bolsas de estudo devem ser contabilizadas de forma segregada. Todos os descontos devem ser contabilizados, e é importante se evidenciar que se trata de “descontos”.

É importantíssimo que as bolsas de estudo sejam segregadas na contabilidade em conformidade com os cursos nos quais foram concedidas e reconhecidas como gratuidades escolares.

Assim, contabilizar os descontos como gratuidades concedidas poderá, eventualmente, ser caracterizado como crime de falsidade ideológica praticado pelos dirigentes da entidade educacional.

A contabilidade deve ser transparente, demonstrando com precisão todos os fatos contábeis ocorridos para com a entidade. 



Palestras e oficinas Canto Cidadão

Bom humor e alegria como estratégias de desenvolvimento pessoal e profissional

Atuando junto a empresas, instituições de ensino, grupos abertos e órgãos sociais ou do governo, nossas palestras e oficinas tratam principalmente de temas como:

- a responsabilidade social e a motivação para o voluntariado nas empresas
- os direitos e deveres do cidadão
- a gestão de ONGs
- humanização hospitalar e qualidade de vida

E tudo sempre numa linguagem clara e muito divertida.

Mais informações: (11) 3259-8021 / (11) 3256-7296 ou www.cantocidadao.org.br



Plano de contas das entidades beneficentes de assistência social



Ivan Pinto

ivan@audisa.net

Sócio-fundador da Audisa Auditores Associados, bacharel em Ciências Contábeis, pós-graduado em gestão de organizações do Terceiro Setor e em Auditoria e Perícia. É registrado na Comissão Valores Mobiliários (CVM) e no Cadastro Nacional dos Auditores Independentes (CNAI). É membro da Comissão de Estudos Técnicos do Terceiro Setor do CRC-RS.

Colaborador

Alexandre Chiaratti

Este artigo cita as normas contábeis e legislações aplicáveis ao Terceiro Setor que devem ser consideradas na elaboração do plano de contas contábil das Entidades Benéficas de Assistência Social, bem como uma forma de contabilização para atendimento da nova Lei da Filantropia, que trata da certificação e isenção tributária das instituições.

O plano de contas é um conjunto de rubricas contábeis que servem de alicerce para a escrituração e seus livros obrigatórios e auxiliares. Deve conter os detalhes (obrigações) específicos de cada entidade que atue no Terceiro Setor. Por esse motivo, não existe um plano padrão, pois cada instituição tem suas peculiaridades e isso se reflete em sua escrituração contábil.

O objetivo de um plano de contas é estabelecer normas de conduta de uma entidade, dentro das legislações aplicáveis ao Terceiro Setor. Para a sua elaboração, é necessário considerar:

- Princípios de contabilidade;
- Normas Brasileiras de Contabilidade;
- Lei nº 6.404/76;
- Lei nº 11.638/07;
- Lei nº 11.941/09.
- Normas específicas das entidades beneficentes
- Lei nº 8.212/91;
- Lei nº 8.742/93;
- Lei nº 9.394/96;

- Lei nº 11.096/05;
- Lei nº 12.101/09;
- Decreto nº 3.048/99;
- Decreto nº 5.154/04;
- Decreto nº 5.493/05;
- Decreto nº 6.308/07;
- Decreto nº 7.237/10;
- Plano Nacional de Educação (PNE);
- Política Nacional de Assistência Social (PNAS);
- Política Nacional de Saúde.

Na elaboração do plano de contas, é importante levar em consideração alguns requisitos fundamentais, entre eles o estatuto social, as certificações e/ou titulações e os órgãos de controle (fiscalizações) para os quais as entidades devem prestar contas. E, ainda, uma análise (mapeamento) das atividades desenvolvidas, sua forma jurídica, modelo de gestão e, sobretudo, quais os relatórios necessários.

No plano de contas, as rubricas contábeis devem ser agrupadas por natureza: contas patrimoniais e contas de resultado. As patrimoniais, de um modo geral, compreendem os bens, direitos e obrigações e o patrimônio social; as de resultado indicam receitas, custos e despesas. A nova legislação do setor (lei nº 12.101/09 e decreto nº 7.237/10) traz mudanças significativas em nível operacional (controles internos, contábeis e gestão), e estes refletem diretamente no plano de contas e na escrituração contábil.

As entidades mistas deverão manter escrituração contábil segregada por área, de modo a evidenciar o patrimônio, as receitas, os custos e as despesas de cada atividade desempenhada. Isso significa que as entidades beneficiárias devem reestruturar seus planos de contas por área (saúde, educação, social e atividades sustentáveis), bem como as suas demonstrações contábeis (balanço patrimonial e demonstrativo do superávit ou déficit do exercício).

Para cumprimento do parágrafo citado acima, faremos uma analogia com a contabilidade por fundos e verificaremos a aplicabilidade dessa forma de contabilização nas Entidades Beneficentes de Assistência Social. Conforme cita Hendriksen (1999): “A teoria do fundo abandona a relação pessoal pressuposta na teoria da propriedade e a personalização da empresa como unidade econômica e jurídica artificial, pressuposta na teoria da entidade. Em vez disso, a teoria do fundo trata a empresa como uma unidade operacional, orientada para atividades, como base da contabilidade. Essa área de interesse, denominada fundo, inclui um grupo de ativos e obrigações e restrições correspondentes, representando funções ou atividades econômicas específicas. O conceito de fundo tem encontrado sua maior utilidade em instituições governamentais e sem fins lucrativos. Cada um desses fundos possui ativos específicos cujo uso é limitado e finalidades determinadas [...]”.


A contabilidade por fundos tem um sistema de contabilização que se utiliza de uma forma interessante e diferente de segregar os recursos da entidade conforme as suas áreas de atuação (educação, saúde, social e outras atividades). Também traz uma forma de registro contábil em que uma entidade segrega os ativos, os passivos e até o patrimônio líquido em função da natureza dos recursos que estão sendo utilizados, conforme a necessidade de se manter o controle em função do uso desses mesmos recursos e exigências específicas (por área de atuação, conforme necessidade de prestação de contas para cada Ministério), ou ainda por exigência legal (lei nº 12.101/09 e decreto nº 7.237/10).

As principais diferenças entre os dois tipos de contabilidade (tradicional e por fundos) são expostas por Olak (1996):

- a) Na contabilização convencional existe um plano de contas único, enquanto na contabilização por fundos há um plano para cada um deles ou grupos segregados para cada atividade;
- b) Os registros contábeis são feitos de forma única, independentemente de esses recursos terem uma destinação específica ou não. Já na contabilização por fundos existe uma segregação em que se considera cada fundo como uma entidade contábil;
- c) A apresentação das demonstrações contábeis na contabilidade convencional é no formato de uma coluna, não havendo separação de acordo com a restrição. Na contabilização por fundos o formato é multicolunar, e há uma coluna para cada tipo ou categoria de fundo;
- d) As notas explicativas no método convencional enfatizam muito os recursos utilizados em atividades ou projetos específicos, diferentemente do método por fundo, que utiliza poucas notas explicativas no que diz respeito aos fundos, pelo poder autoexplicativo das demonstrações contábeis.

Benefícios

O que diferencia os tipos de contabilidade é a forma de elaboração, apresentação e divulgação das mesmas. A vantagem para as entidades sem fins lucrativos, fora o fato de a lei nº 12.101/09 e o decreto nº 7.237/10 trazerem a obrigação, está no alto poder informacional (maior transparência e clareza no cumprimento das obrigações específicas desse modelo contábil).

Podemos concluir que essas obrigações contábeis aumentaram a responsabilidade do profissional da área e a importância da informação contábil. Com elas, assegure-se mais transparência, segurança e credibilidade (consistência) nas informações perante os associados, a sociedade, os parceiros e os órgãos fiscalizadores. 

O objetivo de um plano de contas é estabelecer normas de conduta de uma entidade, dentro das legislações aplicáveis ao Terceiro Setor



Um programa de **doações** como o nosso se consolida com a sua **participação**

Aumente a eficiência de sua organização através do programa de doações de licenças da TechSoup. Parceiros doadores como Microsoft, Symantec e SAP disponibilizam vários softwares gerando mais produtividade, segurança e gestão para a sua organização.

Para mais informações acesse o site: www.techsoupbrasil.org.br, ou envie um email para suporte@techsoupbrasil.org.br



Um tempo para o voluntariado

Nos últimos anos, a grande queixa das pessoas tem sido a falta de tempo. Há escassez de horas para a família, os estudos, a diversão. Cada atividade acaba sendo mais importante que a outra, e o que era urgente torna-se prioridade zero. Quando nos damos conta... a vida passou.

E nessa passagem acelerada dos minutos, por mais que a gente queira, não consegue separar um tempo para o trabalho voluntário. Mas como conseguiríamos dar conta de tudo?

Antes da resposta, valem algumas reflexões. Ninguém tem privilégios com o tempo. Ele não discrimina. Um dia dura 24 horas para todos, tanto para os presidentes de multinacionais como para as pessoas aposentadas. Em outras palavras: todos nós recebemos a mesma quantidade de minutos por dia, mas cada um os usa de forma diferente. As decisões em relação ao decorrer das horas determinam nossa qualidade de vida.

Você deve estar se perguntando se é possível driblar as tarefas cotidianas para fazer atividades mais prazerosas ou gastar mais tempo com você mesmo. E a resposta é simples: sim, desde que você assuma o controle de suas pendências. Como? Com planejamento.

Comece a traçar o plano de ação contra o desperdício de horas definindo claramente objetivos e resultados desejados de cada uma das tarefas a realizar. Um roteiro simples vai te auxiliar nessa escolha. Responda objetivamente a essas perguntas: o que, por que, onde, como fazer, quanto custará e quem estará envolvido na ação.

Anote tudo e veja o panorama. A lista ajuda a visualizar a quantidade de atividades a executar. Para saber qual deve ser a primeira a sair do papel, leve em consideração o seguinte esquema:

1º Muito urgente Muito importante	2º Pouco urgente Muito importante
3º Muito urgente Pouco importante	4º Pouco urgente Pouco importante

Agora defina o foco da execução. Tenha disciplina para não se perder no meio do caminho e jogar minutos preciosos fora.

Quando você se habituar a agir assim, perceberá que suas 24 horas renderão mais e terá tempo para se envolver com outras coisas. Que tal um trabalho voluntário?

Pense, o tempo é precioso. Se não o usamos, ele desaparece da mesma forma. Então, use-o com algo que faça a diferença, na sua vida e na de outras pessoas.



Link 
www.cvsp.org.br

e-mail @
façaparte@cvsp.org.br

Qual é o ponto de partida para iniciar um Programa Empresarial de Voluntariado?

A demanda pode surgir da diretoria, de uma área ou de colaboradores, mas é importante saber determinar em qual terreno a empresa se insere

A subjetividade que envolve as relações entre pessoas faz com que os projetos na área social ganhem *status* desafiadores para os envolvidos. Os desejos e sonhos individuais às vezes não condizem com as expectativas do outro, tanto dos colegas de empreitada, quanto dos beneficiados pela ação.

Por isso, quando uma empresa tem o impulso de criar um programa de voluntariado, é importante, antes de iniciar qualquer ação, diagnosticar o que ela própria quer com o programa e quais os objetivos dos colaboradores. Existem várias formas de diagnosticar: reuniões, entrevistas e formulários. Independentemente da maneira, o importante é que a ação seja realizada por uma pessoa externa à empresa, para poder obter a essência de cada público.

E o que cada público pode apontar? Pela empresa, esse é um momento muito importante para definir as políticas de voluntariado, como: qual será a contrapartida para o incentivo à prática voluntária; que resultado deverá ser buscado; que formato pretende se dar ao programa. Já os voluntários terão a oportunidade de falar sobre suas ações voluntárias, sonhos de transformação, expectativa em relação à empresa e de que forma participariam de um programa empresarial de voluntariado. Por último, pode ser escutada também a comunidade

de entorno, com levantamento de como pode ser o relacionamento com a empresa e suas expectativas.

Com todas as informações levantadas, chega a hora de definir e alinhar as expectativas possíveis de cada público, ou melhor, desenhar o programa de forma que faça sentido a todos os envolvidos. Essas informações fazem com que qualquer ação precipitada seja evitada pela empresa, como convocar as pessoas antes da hora, por exemplo. Com o diagnóstico, a companhia tem a oportunidade de ir para a conversa já conhecendo as expectativas do público interno e externo, o que torna o diálogo muito mais produtivo, desde que seja conduzido levando-se em consideração as pessoas.

Ter a informação e já definir o que os voluntários devem fazer pode levar o programa a falhar. Ela é importante, mas só será útil se for usada no diálogo com os voluntários, que são o ponto de partida do programa, pois o diagnóstico é uma iniciativa que precede a ação. É a partir desse diálogo que as ações devem ser iniciadas, para que a empresa demonstre as contrapartidas, o porquê de apoiar o programa e os resultados que espera. E os colaboradores, sabendo das informações e contando com suporte da empresa, podem definir as estratégias que desejam executar para promover o voluntariado e levar ações concretas para a comunidade onde já estão inseridos.



Link 
www.acaovoluntaria.org.br

e-mail @
acao@acaovoluntaria.org.br

Telefone 
(41) 3322-8076

Despesa inesperada

Exigência por novo equipamento para registro eletrônico de ponto obriga entidades sociais enquadradas nessa regra a redirecionar recursos de outras áreas

Por Luciano Guimarães

Não bastassem as preocupações com o enorme volume de gastos e as dificuldades em obter recursos, as entidades do Terceiro Setor que têm mais de dez colaboradores contratados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e usam o Registro Eletrônico de Ponto (REP) já se veem às voltas com mais uma despesa: a aquisição de novos equipamentos preparados conforme a portaria 1.510/2009 do Ministério do Trabalho (MTE).

O aparelho terá, por exemplo, de ser homologado pelo MTE, apresentar capacidade de imprimir comprovantes em papel para controle do trabalhador e funcionar por, no mínimo, 1.440 horas ininterruptas, para que não pare de operar quando houver queda de energia elétrica. Há vários modelos no mercado, inclusive com certificado de conformidade, e o preço médio varia de R\$ 3 mil a R\$ 4 mil por equipamento.

Em meio a essa determinação, as ONGs também terão de computar outras variáveis, como a elevação dos gastos com papel para impressão (quatro vezes por dia por colaborador – entrada, saída, horário de descanso/refeição, ao custo médio de R\$ 40 cada uma), além da possibilidade de demora na marcação do ponto em função da formação de filas para o cumprimento da obrigação.

Contas feitas, as entidades realmente terão de redirecionar recursos para a aquisição de equipamentos – inclusive financiando-os – e dos insumos. “A medida é desnecessária e terá forte impacto econômico à nossa instituição”, argumenta Sílvia Regina Brandalise, presidente do Centro Infantil Boldrini, hospital filantrópico de Campinas que tem 570 colaboradores que marcam ponto.

Segundo Sílvia, o custo para a aquisição de novas máquinas será de R\$ 30 mil. Serão comprados seis aparelhos biométricos (colocação da impressão digital), a R\$ 3,5 mil cada, e oito não biométricos, ao valor de R\$ 3 mil cada. Os recursos virão do dinheiro originalmente destinado a medicamentos, materiais hospitalares e outras

despesas de custeio. A previsão é que a cada mês sejam usadas 16 bobinas de papel, representando em torno de R\$ 600,00 a mais no orçamento.

“O registro eletrônico é mais do que suficiente para o controle do ponto. Solicitar a impressão de recibos em papel, emitidos quatro vezes ao dia, além da morosidade, implicará gastos com papel e na troca dos equipamentos hoje existentes”, reclama a presidente do hospital filantrópico.

O Lar das Moças Cegas, de Santos, por exemplo, já se adiantou e adquiriu um aparelho por R\$ 3 mil, para ser usado por 122 colaboradores. “Essa verba seria aplicada em tecnologia assistiva – produtos, recursos, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade relacionada à atividade e à participação de pessoas com deficiência”, diz o presidente da instituição, Carlos Antônio Gomes.

Para o gestor, o REP tem seus prós e contras. “Por mais que seja seguro, é incômodo, para o trabalhador guardar comprovantes diários. Se somarmos no final do mês, chega a 88”, frisa.

Retrocesso tecnológico

A preocupação em relação à nova imposição trabalhista demonstrada pelos administradores faz parte do dia a dia não só das ONGs, mas também das entidades patronais, cuja pressão obrigou o governo a prorrogar a obrigação para 1º de março de 2011, em vez de 26 de agosto deste ano. A adaptação deverá ser feita em até 90 dias a partir da publicação da portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Muitas dúvidas ainda pairam no ar sobre a obrigatoriedade do ponto eletrônico com impressão de comprovantes, mas o artigo 74 da CLT é claro ao facultar o uso de registro de ponto manual ou mecânico. Porém, se o meio eletrônico já se fizer presente ou houver o desejo de utilizá-lo, as instruções da portaria 1.510/2009 deverão ser seguidas à risca.

“A portaria representa um retrocesso tecnológico ao impor o retorno das anotações manuais da jornada de trabalho ou, ainda, para aqueles que conseguirem permanecer utilizando o sistema eletrônico com as novas regras, o desperdício considerável diário de papel”, afirma a advogada Karina Alves, do escritório Simões, Caseiro, Berbel e Guimarães Nunes Advogados.

De acordo com Karina, a recomendação é aguardar a redefinição das regras pelo Ministério do Trabalho, pois as normas estabelecidas poderão ser alteradas, como a retirada da exigência de impressão dos horários etc. “Com a prorrogação, o melhor é esperar um pouco mais para adquirir um novo equipamento”, ressalta a advogada.

Para o MTE, o REP funcionará como uma arma contra operações fraudulentas na marcação dos horários, como alteração de registros de horas trabalhadas. As fraudes levam à subtração de salário e implicam redução das contribuições para o FGTS, o INSS e o Imposto de Renda de Pessoa Física, além de esconder excessos de jornada, que atentam contra a saúde do trabalhador. A prática lesiva traz concorrência desleal com os empregadores que agem corretamente, e dificultam a fiscalização pelo MTE.

“O objetivo é garantir ao trabalhador o correto tratamento da sua jornada de trabalho e aumentar a eficiência do Estado na fiscalização. O sistema só trará benefícios para a sociedade, inclusive para a maioria dos empregadores que sempre procederam corretamente e que, antes, tinham que conviver com a concorrência desleal de alguns”, argumenta o ministro Carlos Lupi, do Trabalho e do Emprego.

Com a nova sistemática do Relógio Eletrônico de Ponto, tanto empresas quanto entidades sociais deverão rever seus procedimentos internos, a fim de evitar problemas futuros envolvendo a fiscalização do Ministério.

O administrador de recursos humanos Odair Rocha Fantoni, atual diretor de conteúdo de RH da Elenco

Informática e diretor-geral da RHevista RH, acredita ser importante a adoção de novas normas e procedimentos em relação à permanência dos empregados no ambiente de trabalho. “As normas internas deverão se tornar mais rigorosas, exercendo, quando necessário, o direito de punição nos casos de violação das normas de acesso e permanência do empregado no ambiente de trabalho fora de seu horário normal”, frisa.

Meio ambiente

A obrigatoriedade da impressão de tíquetes para comprovar a chegada e a saída dos colaboradores é outra preocupação que não foi levada em consideração pela portaria 1.510/2009, contrariando as constantes campanhas do próprio governo federal contra o desmatamento e as medidas do Judiciário, com a gradual eliminação do papel pela adoção do processo on-line.

A advogada Marise Cristina Marcolan Sampaio, pós-graduada em Direito e Processo do Trabalho, pós-graduada em Direito Ambiental e Urbanístico e membro da Comissão de Meio Ambiente da OAB Sorocaba, ressalta que a nova determinação levará a um consumo absurdo de papel e tinta. De acordo com o seu artigo “*Ponto eletrônico vs. responsabilidade ambiental*”, escrito recentemente, a advogada admite “que a intenção do Ministério do Trabalho é boa, mas para ser boa mesmo não poderia visar somente à solução do problema trabalhista e fechar os olhos para os inúmeros problemas colaterais causados, sendo um deles, e por que não o mais importante, a agressão ao meio ambiente. Cobriu-se a cabeça para descobrir-se os pés”.

Marise estimou que cada tíquete tem em torno de 5 centímetros. “Se forem impressos dois por dia para 10 milhões de trabalhadores, teremos aproximadamente 6 bilhões de tíquetes impressos por ano. Alguns números falam que isso corresponde a 400 mil árvores”, calcula, demonstrando que a natureza também pagará a conta em função das mudanças. ♻️

Com a nova sistemática do Relógio Eletrônico de Ponto, tanto empresas quanto entidades sociais deverão rever seus procedimentos internos, a fim de evitar problemas futuros envolvendo a fiscalização do Ministério

Links 

www.boldrini.org.br

www.lmc.org.br

www.mte.gov.br

www.simoeseccaseiro.com.br

sustent@correlações



“A ausência de variáveis socioambientais na estratégia do negócio, pode dificultar o alcance dos objetivos, além de fechar janelas de oportunidades. Nossa maior competência é entender o meio corporativo, seus anseios e quais são as variáveis socioambientais que devem ser discutidas em cada negócio, a fim de proporcionar sua sustentabilidade no longo prazo. Esta visão holística é o que deve mover as empresas em direção ao futuro.”

nelsonpoli@sustente.org

www.sustente.org
sustente@sustente.org



Coleta e reciclagem

A Fundação Nacional de Saúde (Funasa) publicou no Diário Oficial da União (DOU) o Edital de Chamamento Público nº 001/2010-DENSP/FUNASA/MS, para apresentação de projetos relativos à ação de Implementação de Projetos de Coleta e Reciclagem de Materiais. O edital tem o objetivo de selecionar projetos de associações ou cooperativas sem fins lucrativos voltadas diretamente às atividades de coleta e processamento de material reciclável, a serem apoiadas financeiramente pela Funasa, por meio de celebração de termo de convênio. Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (61) 3314-6622 ou no e-mail: apoiaaoscatadores@funasa.gov.br.

 www.funasa.gov.br



Recadastramento de entidades educacionais

O recadastramento das entidades sem fins lucrativos, beneficentes ou não, que atuem predominantemente na área da educação, passa a ser obrigatório e deverá ser efetuado junto ao Ministério da Educação. É o que diz a Portaria 920/2010, publicada em 21 de julho, que estabelece os procedimentos para o recadastramento de entidades. O prazo para recadastramento é de 60 dias a contar da publicação da Portaria.

 www.mbiasioli.com.br

13º salário em duas parcelas

A gratificação natalina devida a todos os empregados urbanos, rurais e domésticos é paga em duas parcelas. A primeira, entre os meses de fevereiro e novembro de cada ano, e a segunda, até o dia 20 de dezembro. Seu valor corresponde a 1/12 da remuneração devida em dezembro, por mês de serviço, sendo mês integral a fração igual ou superior a 15 dias de trabalho no mês civil.

Indenização por danos morais

O decreto nº 7.235/2010 regulamenta a indenização por dano moral às pessoas com deficiência física decorrente do uso da talidomida. O normativo, publicado recentemente, estabelece normas e fixa valores das indenizações, responsabilizando o INSS pela operacionalização do pagamento.

 www.mbiasioli.com.br

Entidades sem fins lucrativos

A Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) T 10.19 - Entidades Sem Finalidade de Lucros, subitem 10.19.2.7, aprovada pela Resolução CFC nº 877/2000 (DOU de 20.04.2000), estabeleceu que o valor do superávit do exercício das entidades sem fins lucrativos deve ser registrado na conta "Superávit do Exercício" enquanto não for aprovado pela assembleia dos associados.

Brasil X Japão: acordo previdenciário

Autoridades do Brasil e do Japão assinaram, em Tóquio, um acordo previdenciário que permitirá a trabalhadores brasileiros em território nipônico e também aos japoneses em atividade profissional no Brasil usufruir os benefícios do sistema previdenciário. As regras foram formuladas para permitir que os trabalhadores possam somar as contribuições feitas aos dois sistemas de previdência para ter acesso aos benefícios. O entendimento entre os países favorece 300 mil brasileiros residentes no Japão. O acordo estabelece que cada país pagará a parcela proporcional ao tempo de contribuição do trabalhador ao respectivo regime previdenciário. Isso será feito por meio de um sistema de compensação entre os órgãos responsáveis pelo pagamento das pensões e aposentadorias.

 www.valor.com.br

PIS/Pasep para as Oscips

As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) não estão sujeitas ao recolhimento da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins com base na receita bruta. Contudo, elas estão sujeitas ao recolhimento da contribuição para o PIS/Pasep com base na folha de salários.

Interesses da juventude

Publicada recentemente, a Emenda Constitucional nº 65 altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal (CF) para cuidar dos interesses da juventude. A Emenda inclui a denominação "jovem" na capituloção acima mencionada e também altera o art. 227 da CF. O texto ainda menciona que a lei estabelecerá um estatuto da juventude, destinado a regular os direitos dos jovens. Também será elaborado um plano nacional de juventude, de duração decenal, visando à articulação das várias esferas do poder público para a execução de políticas públicas.

 www.mbiasioli.com.br

Um computador por aluno

O MEC regulamentou o Programa Um Computador por Aluno (Prouca) e o Regime Especial de Aquisição de Computadores para uso Educacional (Recompe), por meio do decreto nº 7.243/2010, e comprará cerca de 150 mil computadores portáteis para atender 300 escolas. O Prouca tem o objetivo de promover a inclusão digital nas escolas das redes públicas de ensino federal, estadual, distrital, municipal ou nas escolas sem fins lucrativos de atendimento a pessoas com necessidades especiais, mediante a aquisição e a utilização de soluções de informática, constituídas de equipamentos de informática, de *software* neles instalados e de suporte e assistência técnica necessários ao seu funcionamento.

 www.mbiasioli.com.br



Ensino religioso I

A Procuradoria-Geral da República (PGR) entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) questionando o ensino religioso nas escolas públicas. De acordo com a procuradora-geral em exercício, Deborah Duprat, só é possível compatibilizar o caráter laico do Estado brasileiro com o ensino religioso se o conteúdo programático da disciplina consistir na exposição “das doutrinas, das práticas, das histórias e da dimensão social das diferentes religiões”, sem tomada de partido por parte dos professores.

Ensino religioso II

Na ação, a procuradora questiona também o acordo assinado entre o Brasil e o Vaticano sobre o ensino religioso nas escolas, já que o texto diz que “o ensino religioso, católico e de outras confissões religiosas, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental”, sendo sugerida a supressão da redação “católico e de outras confissões religiosas”.

 www.correioweb.com.br

Seguro-desemprego: desburocratização

Com exceção dos casos de pagamento em virtude de morte (parcelas vencidas) ou de doença grave (pagamento ao curador ou representante legal), o benefício do seguro-desemprego poderá ser pago mediante crédito em conta simplificada ou conta-poupança em favor do beneficiário correntista da Caixa Econômica Federal, sem qualquer ônus para o trabalhador, ou, ainda, em espécie, mediante apresentação do Cartão do Cidadão ou documentos equivalentes.

Assistente social: carga horária

A lei nº 12.317/2010, publicada no Diário Oficial da União do dia 27 de agosto, regulamentou a duração do trabalho do assistente social em 30 horas semanais. Aos profissionais com contrato de trabalho em vigor deve ser garantida a adequação da jornada de trabalho, sendo vedada a redução do salário.

Ponto eletrônico prorrogado

Em virtude da crescente busca pelo equipamento “Registrador Eletrônico de Ponto (REP)” no mercado, para atender à demanda, o Ministério do Trabalho prorrogou para 1º de março de 2011 o prazo para o início da utilização obrigatória do mencionado registrador. Segundo a Portaria MTE nº 1.510/2009, o REP teria utilização obrigatória a partir de 26 de agosto.

 www.iob.com.br

Tradutor-intérprete: regulamentação

O tradutor-intérprete já pode comemorar: a lei nº 12.319/2010, publicada no Diário Oficial da União de 2 de setembro, diz que o profissional tem competência para realizar interpretação e proficiência em tradução e interpretação de Libras e da Língua Portuguesa. Além disso, no exercício da sua atividade, pode efetuar várias funções ligadas à comunicação entre pessoas privadas dos sentidos da fala, audição e visão e, entre estas, com as demais pessoas, tais como: atividades didático-pedagógicas e culturais nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares e processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos.

1 **Antes de entrar em vigor a nova lei do registro de ponto eletrônico, algumas marcações eram feitas de forma automática. Isso pode prejudicar nossa entidade?**

É necessário apreciar o caso concreto para avaliar o cenário do funcionário na entidade: qual função desempenha, se trabalha interna ou externamente, entre outras questões. Há de se levar em consideração, contudo, que a invariabilidade dos registros de horário (entrada e saída) durante todo o período do contrato de trabalho, em determinadas ocasiões, torna inválido o documento por ser humanamente impossível essa espécie de regularidade, como ensina a experiência comum (art. 335 do CPC). Dessa forma, constituindo os cartões de ponto prova específica (art.74, parágrafo 2º da CLT), passa a ser do empregador o ônus da comprovação da inexistência de jornada suplementar.

2 **Posso fazer um acordo trabalhista para minha entidade no Juízo Arbitral?**

Cada vez mais os tribunais estão excepcionando a apreciação de questões correlatas ao Direito Individual do Trabalho do Juízo Arbitral. Segundo se vê em reiterados julgados, o entendimento é de que a Constituição Federal, em seu artigo 114, parágrafo 2º, dispõe que a arbitragem é admitida no Direito Coletivo de Trabalho, nada constando, entretanto, em relação ao direito individual. Além disso, para validade da negociação no âmbito do Direito Individual do Trabalho, as demandas trabalhistas devem ser submetidas à Comissão de Conciliação Prévia (artigo 625-A da CLT), composta por membros indicados tanto pelo empregador quanto pelos empregados, de forma a garantir a paridade na representação, requisito não presente nos Tribunais de Arbitragem. Logo, a teor do quanto dispõe o artigo 9º da CLT, nenhum valor legal deve ser empreendido ao termo de audiência lavrado perante o Núcleo de Arbitragem, servindo apenas como comprovante de pagamento da importância nele consignada.

3 **Afinal, já entrou em vigor a nova Lei da Licença Maternidade?**

Por ora, o que temos de concreto é a lei nº 11.770/08, que concede licença de seis meses às funcionárias das empresas que aderissem ao Programa Empresa Cidadã. Contudo, o Senado Federal aprovou recentemente uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que garante a ampliação da licença à gestante de 120 para 180 dias (seis meses) a todas as funcionárias, independentemente de adesão ao programa de incentivo. A PEC recebeu 62 votos favoráveis e nenhum voto contrário. Já

aprovado em segundo turno, o texto segue agora para a Câmara, onde será analisado.

4 **Posso liberar minha funcionária para compensar hora em seu momento de intervalo para almoço, já que ela precisa sair mais cedo da entidade?**

O parágrafo 4º do artigo 71 da CLT empresta ao intervalo não concedido natureza salarial, portanto, prevê o pagamento de remuneração do período não usufruído, no valor da hora normal acrescido de no mínimo 50%. Devendo ser quitado, pois, como hora extra, sofre a incidência da contribuição previdenciária, conforme disposto no artigo 28, I, da lei nº 8.212/91. Assim sendo, sugerimos que seja refletida outra forma de compensação, evitando-se, com isso, futuros resvalos na esfera trabalhista. Há de se verificar, inclusive, se a convenção coletiva da categoria permite tal compensação, já que algumas categorias vedam expressamente acordos nesse sentido.

5 **Como anda a questão do reembolso por parte dos planos de saúde ao SUS?**

O Supremo Tribunal Federal tem determinado aos planos de saúde que reembolsem o Sistema Único de Saúde (SUS) quando seus clientes são atendidos em hospitais públicos, da mesma forma que pagam aos particulares. O ressarcimento está previsto em lei, contudo, os planos têm recorrido à Justiça para não fazerem o reembolso. Em suma, entendem que a lei é inconstitucional, visto que a saúde é um “direito de todos” e um “dever do Estado”. Reiteradas jurisprudências estão discutindo a respeito do tema, sendo decidido, em sua maioria, que o reembolso é devido. Existe também uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no sentido de ver declarada a inconstitucionalidade do reembolso ao SUS, medida apresentada ao Supremo Tribunal Federal (STF) pela Confederação Nacional de Saúde. Entretanto, até hoje a mesma não foi objeto de julgamento.

6 **Posso demitir meu funcionário por justa causa se ele acessa sites impróprios?**

O terminal de computador é uma ferramenta de trabalho disponibilizada aos empregados para o desempenho de suas atividades laborais. A utilização para acessar sites de conteúdo impróprio (pornográfico) configura desvio de finalidade na utilização dessa tecnologia. O empregado que assim proceder ofende o decoro do ambiente de trabalho, além de quebrar a conduta indispensável à manutenção do vínculo empregatício. Assim sendo, justifica a rescisão contratual com base na alínea “b” do art. 482 da CLT.

Outubro

Dia	Obrigação	Fato gerador
7	Dacon	Prazo de entrega da declaração pela internet sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em agosto/10 para pessoa jurídica obrigada à entrega da DCTF mensal
	FGTS	Depósitos relativos à remuneração de setembro/10
	Cadastro Geral de Empregados e Desempregado (Caged)	Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e desligamentos ocorridos em setembro/10
8	GPS	Envio da cópia da Guia da Previdência Social (GPS) relativa à competência setembro/10 ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados
15	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 16 a 30 de setembro
	Previdência Social	Recolhimento em GPS da competência setembro/10 das contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador)
20	IRRF	Pagamento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente aos fatos geradores ocorridos em setembro incidente sobre rendimentos sujeitos à apuração mensal do imposto
	Previdência Social (INSS)	Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à competência setembro/10 devidas pelas empresas, inclusive a retida sobre cessão de mão de obra ou empreitada e a descontada do contribuinte individual que tenha prestado serviço à empresa
22	DCTF mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em agosto/10
25	Cofins	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em setembro/10
	PIS/Pasep	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em setembro/10
29	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 1º a 15 de outubro
	DES	Entrega da Declaração Eletrônica de Serviços (município de São Paulo) correspondente aos fatos geradores ocorridos em agosto/10
	Contribuição sindical	Recolhimento das contribuições descontadas dos empregados em setembro/10. Consultar a respectiva entidade sindical, que pode fixar prazo diverso.

Novembro

Dia	Obrigação	Fato gerador
5	FGTS	Depósitos relativos à remuneração de outubro/10
	Cadastro Geral de Empregados e Desempregado (Caged)	Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e desligamentos ocorridos em setembro/10
	GFIP	Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia e Informações à Previdência Social referente a outubro/10
8	Dacon mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em setembro/10, para pessoa jurídica obrigada à entrega da DCTF mensal
10	GPS	Envio da cópia da Guia da Previdência Social (GPS) relativa à competência outubro/2010 ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados
12	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 16 a 30 de outubro
	Previdência Social	Recolhimento em GPS da competência outubro/2010 das contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador)
19	IRRF	Pagamento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente aos fatos geradores ocorridos em outubro, incidente sobre rendimentos sujeitos à apuração mensal do imposto
	Previdência Social (INSS)	Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à competência outubro/10 devidas pelas empresas, inclusive a retida sobre cessão de mão de obra ou empreitada e a descontada do contribuinte individual que tenha prestado serviço à empresa
23	DCTF mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em setembro/10
25	Cofins	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em outubro/10
	PIS/Pasep	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em outubro/10
30	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 1º a 15 de novembro
	DES	Entrega da Declaração Eletrônica de Serviços (município de São Paulo) correspondente aos fatos geradores ocorridos em setembro/10
	Contribuição sindical	Recolhimento das contribuições descontadas dos empregados em outubro/10. Consultar a respectiva entidade sindical, que pode fixar prazo diverso
	13º salário	Pagamento da 1ª parcela referente ao 13º salário de 2010

Tabelas práticas				
Contribuições previdenciárias (INSS)				
*1 – Segurado: empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso				
Salário de Contribuição		Alíquota para fins de recolhimento ao INSS	Alíquota para determinação da base de cálculo do IRRF	
De	Até			
-	R\$ 1.040,22	8%		8%
R\$ 1.040,23	R\$ 1.733,70	9%		9%
R\$ 1.733,71	R\$ 3.467,40	11%		11%
2 – Segurado: empregado doméstico (tabela para orientação do empregador doméstico)				
Salário de Contribuição		Alíquota para fins de recolhimento ao INSS		
De	Até	Empregado	Empregador	Total
-	R\$ 1.040,22	8%	12%	20%
R\$ 1.040,23	R\$ 1.733,70	9%	12%	21%
R\$ 1.733,71	R\$ 3.467,40	11%	12%	23%
3 – Segurado: contribuinte individual e facultativo				
A partir da competência abril/03, para os segurados contribuintes (individual e facultativo), o valor da contribuição deverá ser de 20% do salário-base, caso não preste serviço a empresa(s), que poderá variar do limite mínimo ao limite máximo do salário de contribuição.				
4 – Salário mínimo				
Período	Valor			
a partir de abril/2006	R\$ 350,00			
a partir de março/2008	R\$ 415,00			
a partir de fevereiro/2009	R\$ 465,00			
a partir de janeiro/2010	R\$ 510,00			

(*1) A Portaria Interministerial 333 MPS-MF, de 29/6/2010, publicada no Diário Oficial do dia 30/6/2010, dentre outras normas, reajustou em 7,72%, com efeito retroativo a 1/1/2010, os valores da tabela de Salários de Contribuição aplicável aos segurados empregados, inclusive o doméstico e o trabalhador avulso.

5 - IR - Fonte e Carnê Leão (2010)		
Base de cálculo mensal	Alíquota	Parcela a deduzir
até 1.499,15	-	-
de 1.499,16 até 2.246,75	7,5%	R\$ 112,43
de 2.246,76 até 2.995,70	15%	R\$ 280,94
de 2.995,71 até 3.743,19	22,5%	R\$ 505,62
acima de 3.743,19	27,5%	R\$ 692,78

Deduções admitidas:
a) Por dependente, o valor de R\$ 150,69 por mês;
b) Parcela isenta de rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, até o valor de R\$ 1.499,15 por mês, a partir do mês em que o contribuinte completou 65 anos de idade;
c) As importâncias pagas em dinheiro a título de alimentos ou pensões, em cumprimento do acordo ou decisão judicial, inclusive a prestação de alimentos provisionais;
d) As contribuições para a Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios;
e) As contribuições às entidades de previdência privada domiciliadas no país, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares semelhantes aos da Previdência Social, no caso de trabalhador com vínculo empregatício, de administradores, aposentados e pensionistas.

Cálculo do imposto:
a) Base de cálculo: rendimento bruto diminuído das deduções admitidas;
b) Valor do imposto: na base de cálculo, aplica-se alíquota correspondente e do resultado subtrai-se a parcela a deduzir.

Tabelas sujeitas a alterações.

Fonte: Marcelo Teixeira – CRC TC – 1SP224511/0-6, Bacharel em Direito e Contabilista do Escritório Dom Bosco.



Busca por recursos internacionais se torna mais competitiva no Brasil, já que tais investimentos passaram a ser focados em países com mais necessidades

Cooperação internacional em transição

Por Thaís Iannarelli

Conseguir recursos para manter as atividades nas organizações sociais é desafio constante na gestão do Terceiro Setor. Dentre as possibilidades de captação, existem diversas fontes que podem ser utilizadas: governos, empresas, indivíduos, outras instituições e fontes internacionais, por exemplo. A última, que se constitui por fundações e outros governos que financiam projetos brasileiros e de outros países, formam a cooperação internacional, que passa por um momento de direcionar menos recursos para o Brasil para focar em outras regiões do mundo.

No período atual, o Brasil tem tido melhorias na economia, e sua participação na política externa também cresce consideravelmente. Segundo estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a economia cresceu 2,7% no primeiro trimestre de 2010 em relação ao quarto trimestre de 2009. Em relação ao primeiro trimestre do ano passado, a expansão do Produto Interno Bruto (PIB), que indica a soma das riquezas produzidas no país, foi de 9% – maior da série de pesquisas iniciada pelo IBGE em 1995.

Frente a esse cenário, as instituições internacionais que investem seus recursos em projetos sociais no Brasil começaram a direcioná-los para locais tidos como mais “carentes”, como alguns países da África e o Haiti, por exemplo, fator que leva as organizações brasileiras que dependem desses recursos a procurarem alternativas de captação. “O motivo

maior para essa saída de recursos é que justamente o Brasil está em um patamar mais avançado se comparado a outros países, e pode resolver seus problemas internamente. Os problemas estão traçados, a situação está posta, e existem recursos no país para tratar disso”, explica Marcelo Estraviz, presidente da Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR) e autor do livro *Captação de Diferentes Recursos para Organizações sem Fins Lucrativos*.

Porém, apesar do desenvolvimento, segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o Brasil é o terceiro país com maior índice de desigualdade na América Latina e Caribe, ficando abaixo apenas da Bolívia e do Haiti. “Mesmo com tanta informação e com o intercâmbio que há hoje em dia, a visão que se tem de fora do Brasil não é uma que corresponde com a realidade”, explica Eduardo Magalhães, sociólogo e membro da International Society for Third Sector Research (ISTR).

Para lidar com isso, as organizações precisam encontrar saídas e diversificar suas fontes de recursos. “Em um evento em que estive presente, o ministro Sergio Haddad comentou o assunto e fez uma colocação interessante: como tudo na vida, as coisas mudam. Por isso, temos que saber lidar com isso, viver em outro contexto”, conta Estraviz.

Apoio de fundações e organizações não-governamentais internacionais no Brasil

Falando de fundações e organizações não-governamentais internacionais, a história da cooperação no Brasil começou há bastante tempo, mais especificamente nos anos 1970, época da ditadura militar. Nesse momento, essas organizações chegaram para apoiar movimentos democráticos de resistência ao governo, e muitas instituições de pesquisa nasceram, como o Centro Brasileiro de Pesquisa (Cebrap) e o CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas.

Na década de 1980, com a abertura da política, as organizações da sociedade civil foram reforçadas pela cooperação internacional, e organizações como Ibase e Polis surgiram, assim como aquelas ligadas a movimentos sociais específicos, de defesa aos direitos dos negros,

mulheres, indígenas, entre outros, e a movimentos sindicais. Segundo Magalhães, com a queda do muro de Berlim, em 1989, houve um recuo no financiamento de projetos no Brasil. “Com a derrocada da União Soviética, a Europa Ocidental passou a destinar recursos para os países da Europa Oriental. Automaticamente, houve uma diminuição de investimentos em outras regiões por parte da Europa Ocidental, principalmente a América Latina e o Brasil”, conclui.

Nos anos 1990, com a consolidação da constituição de 1988 e a Eco 92, Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro, muitas fontes internacionais viraram as atenções para o Brasil, que se tornou um bom local para os investimentos sociais. Nessa época, devido à força da democracia e à atuação da cooperação internacional, nasceram muitas organizações estratégicas para a consolidação da participação da sociedade no

Cooperação Internacional de fundações e organizações não-governamentais no Brasil

Década de 1970

Chegada da cooperação internacional no Brasil para fortalecer movimentos democráticos contra a ditadura militar



Década de 1980

Surgimento e fortalecimento de organizações da sociedade civil, assim como movimentos sociais, com o apoio da cooperação internacional



1989

Diminuição dos investimentos internos devido à queda do Muro de Berlim



Década de 1990

Aumento das fontes internacionais com a consolidação da constituição de 1988 e a Eco 92



desenvolvimento social, como Ação Educativa, Abong, Rede Brasil, entre outras.

Assim, no início do século 21, mais especificamente em 2001, surge o Fórum Social Mundial, que começou em Porto Alegre e até hoje dá voz às ações sociais brasileiras e globais. No mesmo ano, com o acontecimento de 11 de setembro, os Estados Unidos passaram a restringir os recursos repassados a outros países. “Nesse caso, não é que diminuíram os recursos, mas passou a existir uma exigência maior, o que se tornou padrão internacional”, explica Magalhães.

Além disso, com os avanços que a economia brasileira demonstrava, a cooperação internacional não conseguia mais ver com clareza as dificuldades que o país enfrentava, como a imensa desigualdade social, a impunidade, a dificuldade na implementação dos direitos, entre outras que ainda estão presentes na realidade local. Assim, em 2003, com a implantação do governo

Lula, essas fontes de recursos passaram a se distanciar ainda mais, considerando que essa gestão trazia líderes sociais, sindicalistas, mulheres, negros e ativistas.

Por isso, ao comparar a realidade do Brasil com a de outros países, como o Haiti ou alguns do continente africano, os desafios se tornam menos prioritários, e os recursos passam a ser considerados mais úteis em outros territórios. “Mesmo que ainda existam problemas no país, o Brasil já tem maturidade para tentar resolvê-los por conta própria. Pela constituição de 1988, existe a maturidade da garantia de direitos, existem os conselhos tutelares, o SUS, iniciativas que pertencem a uma sociedade mais madura. Se você olhar o Haiti, por exemplo, verá que não tem estrutura, não há instituições sólidas, então o problema é muito mais sério. Pela visão internacional, o Brasil já está nos trilhos, então é importante cuidar de outros lugares”, explica Estraviz.

Campo que abriga haitianos desabrigados após terremoto no início do ano – país também recebeu forte apoio internacional



2001

Visibilidade do Brasil no Fórum Social Mundial



2003

Posse do presidente Lula, causando diminuição de investimentos externos nos projetos sociais do Brasil



2010

Existem recursos internacionais no país, mas são mais restritos e voltados em sua maioria para o meio ambiente. Hoje, esses recursos são fortemente direcionados a ações em países com necessidades mais urgentes, como Haiti e alguns da África



UN Photo/Elian Schneider

Países do continente africano têm recebido mais investimentos da cooperação internacional

Diferentes pontos de vista

Enfim, mesmo com a diminuição da entrada de recursos internacionais para as organizações brasileiras, eles ainda existem, e podem ser aproveitados. O que acontece, de fato, é uma mudança no cenário, como mostra a pesquisa *Conjuntura dos Investimentos das Organizações Internacionais no Campo Social Brasileiro no período de 2008-2010*, realizada pela Aliança Interage e pelo Instituto Fonte. De acordo com as instituições pesquisadas, há uma tendência de diminuição nos investimentos das organizações atuantes no Brasil desde 2007. Os motivos apresentados para esse fator são a crise econômica que atingiu o mundo em 2008, a mudança de prioridade de regiões do globo e a mudança de estratégia da organização. Segundo Estraviz, a realidade é que “existem organizações saindo do Brasil, mas também há outras entrando. O que está havendo é uma priorização dos investimentos”.

De fato, ainda de acordo com a pesquisa, quem aumentou os investimentos passou a priorizar os temas meio ambiente e sustentabilidade, assim como direitos das crianças e adolescentes em situação de risco; as que mantiveram os investimentos eram ligadas a temas

como direitos humanos e igualdade de gênero e raça; por fim, as que reduziram os investimentos priorizaram temas como saúde, problemáticas rurais e urbanas.

A redução dos investimentos não significa que os problemas do país estejam perto de acabar, ou que essa seja a impressão que se passa. A realidade é que a desigualdade social existe e é muito presente no país, mas a percepção é que já temos condições de resolver isso por conta própria. “Para ter uma solução, o problema da desigualdade precisa de uma parceria entre os três setores. As ONGs não vão resolver sozinhas, nem as empresas, nem o governo, que está muito envolvido, pois tem de desenvolver políticas públicas. O ideal é um trabalho em conjunto, mas de longo prazo”, complementa Estraviz.

Diminuiu, mas não acabou

Apesar de os recursos da cooperação internacional terem diminuído, eles continuam existindo. O que se deve fazer é inovar e buscar formas de conseguir alcançá-los. “O mais importante é a qualidade do projeto, pois, se antes eram financiados 20, por exemplo, agora são 10, mas tem mais de 30 procurando os recursos. Por isso, o projeto deve ser muito transparente, pois os financiadores

querem ter certeza de que o recurso será utilizado para esse fim”, diz Magalhães.

Se a fundação já coloca recursos no país, a decisão de sair pode ser realmente estratégica. Mas há muitas outras instituições internacionais que não são acessadas por organizações brasileiras, que nem conhecem a realidade que merece ser apoiada. “Por isso, em vez de prestar atenção no que se está perdendo, é bom pensar em como se mexer para encontrar alternativas”, explica Estraviz.

Existem sites que trazem dicas de editais e fundações que financiam projetos em outros países, como o do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife) e da União Europeia, por exemplo, assim como o da Foundation Center, com conteúdo somente em inglês. Vale a pena pesquisar e procurar editais que se encaixem nas necessidades da sua organização.

Diversificação de fontes

Depender somente de uma fonte de recursos não é uma forma saudável de gerir uma instituição, seja essa fonte a cooperação internacional, o governo, empresas ou indivíduos. “Se uma organização tem variedade de recursos, um pouco do governo, um pouco de pessoas, um pouco de empresas, um pouco internacional, existe um painel de controle para se trabalhar com as variações do contexto”, explica Estraviz.

Tanto é verdade que as instituições que mais se alarmam com a diminuição dos recursos internacionais são as que mais dependem deles. Para outras, não faz a menor diferença. O segredo, então, é exatamente esse: não depender unicamente de uma fonte, seja ela qual for.

Exemplos de cooperação no Brasil

No Brasil, há muitas fundações internacionais atuando historicamente, como a Fundação Ford, que tem um escritório no Rio de Janeiro desde 1962. O trabalho da fundação no país tem como meta lidar com políticas que acabam aprofundando a desigualdade social da região. Assim, a atuação foca em fortalecer o sistema de justiça social e direitos humanos; assegurar o direito à terra e o uso sustentável dos recursos naturais; promover um equilíbrio entre a liberdade de expressão e a regulação da mídia; e fortalecer organizações voltadas para indígenas e afro-brasileiros e suas lideranças.

Outro exemplo é a Fundação W. K. Kellogg, que atua no Nordeste brasileiro com os Conjuntos Integrados de Projetos (CIPs), com foco no desenvolvimento local e em juventudes para combater a pobreza. Só no Maranhão, o CIP atua em dez municípios. O total investido pela

Por que investir em outro país?

Algumas das razões para que fundações internacionais financiem projetos em outros países são:

- Ganhar acesso ao conhecimento e a organizações locais;
- Trabalhar com parceiras que dividam os mesmos valores e padrões de responsabilidade;
- Aumentar a sustentabilidade de suas iniciativas em outros países por meio do apoio ao crescimento de instituições filantrópicas locais que deem continuidade a essas iniciativas.

Assim, as fundações internacionais ajudam as parceiras:

- Cofinanciando seus programas de doações;
- Ajudando a mobilizar recursos adicionais;
- Fornecendo apoio técnico;
- Financiando custos operacionais básicos.

Fonte: Captando Recursos de Fundações Internacionais, do livro *Criação de Fundações – Guia Prático – um guia para profissionais com base em experiências na África, Ásia e América Latina*

Sites interessantes para encontrar informações sobre financiamento internacional:

União Europeia: http://europa.eu/index_pt.htm

Fundação Ford: www.fordfoundation.org

Foundation Center (somente em inglês): www.foundationcenter.org

Grupo de Institutos, Fundações e Empresas: www.gife.org.br

Índice de Doadores para a América Latina: www.indicedoadores.org

Organização das Nações Unidas: www.onu-brasil.org.br

Fundação Kellogg: www.wkkf.org

fundação no Nordeste por meio desse projeto de 1999 a 2010 foi US\$ 34.156.335 – o que significa que 64% dos investimentos da fundação no país nesse período foram no CIP.

Atuação governamental do Brasil como cooperador

Mudando um pouco o cenário, o Brasil agora aparece bastante no palco internacional não como cooperado, mas como cooperador. Por um lado, é tradicionalmente receptor de cooperação de organismos multilaterais e agências bilaterais de desenvolvimento. Por outro, desenvolve programas de cooperação entre vários países, principalmente da América Latina, África e Ásia.



Nesse caso, os recursos da cooperação são governamentais, canalizados pelas agências bilaterais, órgãos governamentais criados para canalizar a assistência direta para outros países, e pelas agências multilaterais, formadas por governos associados que fazem acordos para criá-las por meio de convenções e tratados internacionais. Exemplos de agências multilaterais que atuam pelo desenvolvimento são o Banco Mundial e outras que fazem parte das Nações Unidas, como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e a Organização Mundial da Saúde (OMS).

“Por meio desses acordos, hoje há uma maior atuação do Brasil com vários países do chamado terceiro mundo. Foi um meio de colocar o Brasil como um líder forte”, explica Estraviz.


Histórico da cooperação governamental no país

Em 1950 houve a primeira iniciativa com o viés de cooperação internacional no Brasil, com a implantação do Sistema de Cooperação Técnica Internacional e a criação da Comissão Nacional de Assistência Técnica (CNAT). O objetivo era estabelecer a prioridade dos pleitos de instituições brasileiras que solicitavam ajuda técnica do exterior, fornecida por países industrializados. Nesse caso, os acordos envolviam transferência de tecnologia como cooperação, e o Brasil era o beneficiário.

Porém, em 1969 houve uma reforma no sistema, que centralizou as competências básicas da cooperação

técnica internacional, tais como a negociação externa, o planejamento, a coordenação, o fomento e acompanhamento, na Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan) e no Ministério das Relações Exteriores (MRE). Nesse momento, via-se um grande número de programas de cooperação ainda tendo o Brasil como beneficiário e outros países como doadores.

Com a necessidade de reestruturar o sistema, em 1984 houve a fusão das funções realizadas anteriormente pela Divisão de Cooperação Técnica do Itamaraty e pela Subsecretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional (Subin). A partir daí, criou-se a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), que existe até hoje. No começo, tinha a finalidade de operar programas de cooperação técnica em todas as áreas do conhecimento entre o Brasil e outros países e organismos internacionais. Em 1992, porém, sua atuação estendeu-se à administração de projetos desenvolvidos com organismos internacionais e passou a trabalhar juntamente do Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica do Ministério das Relações Exteriores.

Atualmente, com a mudança do cenário, um exemplo conhecido de atuação governamental de cooperação no qual o Brasil exerce mais o papel de apoiador é o Programa África-Brasil de Cooperação em Desenvolvimento Social, que visa promover a implementação de políticas de proteção social entre países em desenvolvimento. 

Presidente Lula e secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon. A ONU atua pelo desenvolvimento em diversos países do mundo.

Links

www.abc.gov.br
www.fordfoundation.org
www.institutofonte.org.br
www.interage.org.br
www.pnud.org.br



Tem certeza de que você sabe
o que está fumando?

INSTITUIÇÃO
PADRE HAROLDO

A questão das drogas deve ser encarada de frente pelas famílias, pela sociedade, por todos nós. Por isso, a Instituição Padre Haroldo, pioneira, há mais de 30 anos dedica-se a prevenir e recuperar crianças, adolescentes e adultos através de técnicas cientificamente reconhecidas de tratamento para dependência de drogas e álcool, além de cursos profissionalizantes e acompanhamento familiar. Um trabalho de muita sensibilidade e ética que já ajudou mais de 70 mil pessoas e fez da Instituição um nome conhecido e reconhecido mundialmente.

Instituição Padre Haroldo.

Vida e dignidade livre das drogas.

Saiba mais sobre esse trabalho reconhecido pela ONU e pela Casa Branca e ajude a eternizar essa causa.

www.padreharoldo.org.br



O papel da **mulher** no cooperativismo

Entenda como a atuação feminina ajuda a desenvolver o ramo das cooperativas

Por Juliana Fernandes

A atuação da mulher é cada vez mais frequente nas cooperativas, seja como associada, nos conselhos fiscais, na administração ou até mesmo na presidência. Essa presença mostra que a participação feminina é fundamental para o sucesso do cooperativismo no país. De acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), órgão máximo de representação do setor, as cooperativas são associações autônomas que reúnem pessoas para satisfazer necessidades econômicas, sociais ou culturais.

O ramo é uma alternativa para aqueles que pretendem comercializar ou ofertar à sociedade um produto ou serviço. Segundo o consultor em cooperativismo, Ney Guimarães, desde a criação da atividade, em 1844, o setor já trazia algumas virtudes. “Uma delas é trazer a mulher para a ponta como gestora, administradora ou parte integrante da cooperativa”, diz Guimarães, já que por muitos anos ela se manteve à ‘margem’ do trabalho principalmente por questões de gênero. “Essa questão de gênero, a diferença entre homem e mulher, é uma questão de cidadania e humanização. O Terceiro Setor e a governança pública têm que se preocupar com isso. Nós temos que, com coragem, ajudar não só as mulheres, mas os homens também, a sair dessa cultura”, sugere Guimarães.

Para a coordenadora geral de autogestão cooperativista do Coopergênero, Vera Lucia de Oliveira Daller, a figura do marido provedor e da mulher submissa deu lugar a uma nova ordem social, em que a igualdade é uma batalha diária e contínua em todas as esferas. “O que é preciso entender é que ninguém quer ocupar o espaço de ninguém. Existe espaço para todos”, afirma Daller.

Atualmente, para atrair ainda mais a participação feminina, as cooperativas modernas investem nos chamados núcleos femininos. Guimarães explica que esses núcleos funcionam como “uma estratégia de aproximar a mulher para que ela tenha visão do seu negócio e, a partir disso, agregar o seu modo de ser”. O consultor ainda afirma que essa participação é evidente, já que “a cooperativa toma mais força”.

Segundo Daller, os benefícios para as mulheres que fazem parte dessas iniciativas são incontáveis. “Inserida na economia, a mulher participa do desenvolvimento do país. Tudo isso contribui para a melhoria da sua autoestima e, conseqüentemente, de sua qualidade de vida. E na cooperativa acontece o mesmo, as pessoas trabalham mais felizes porque acreditam em sua capacidade, em seu empenho e em sua utilidade à sociedade”.

Panorama

Desde a Conferência de Beijing, em 1995, a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) tem promovido a questão da mulher no cooperativismo. No mesmo ano, a ACI ainda desenvolveu o Programa de Ação Regional para as Mulheres da América Latina e do Caribe. O objetivo foi estimular a atuação feminina nas cooperativas e, principalmente, a igualdade de participação nas tomadas de decisões.

Em 1998, a OCB criou o Comitê de Gênero e Desenvolvimento Integrado em Cooperativas (GEDEIC) no Brasil. A iniciativa era composta por sete mulheres que representavam as cinco regiões brasileiras. Com sua extinção, foi implementado em 2003 o Programa de Gênero e Cooperativismo: Integrando a Família (Coopergênero), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

O projeto capacitou diretamente mais de 26 mil mulheres e indiretamente outras 64 mil, tanto para atuar em áreas técnicas quanto nas administrativas. Para Daller, “a capacitação é uma importante arma para o empoderamento da mulher”.

Já para o consultor Ney Guimarães, a palavra de ordem é conquistar, “e desse ponto de vista, as cooperativas que abrem espaço e dão oportunidade para que as mulheres cresçam e conquistem o seu espaço só vão ganhar”. Ney ainda sugere que as iniciativas fidelizem seus cooperados para que eles se deem conta de sua importância. Reconhecimento este que Maria Luiza, da cooperativa de tecelagem Nós da Trama, faz questão de destacar: “fazer parte da cooperativa foi de extrema importância para que eu percebesse que tenho valor. A quantidade de coisas que saem daqui é impressionante. Tornei-me uma pessoa mais feliz e mais confiante. Não só aprendi algo novo, mas também posso contribuir com as despesas da casa”, explica.

De acordo com a coordenadora da Nós da Trama, Solange Bastos, “a maior conquista é perceber a transformação das pessoas. O quanto elas se sentem importantes quando percebem que têm valor e que podem contribuir somando seus esforços aos de outras pessoas”.

Flores de Pilões

A mulher tem desempenhado um papel fundamental para o desenvolvimento do cooperativismo, principalmente no setor do trabalho e da geração de renda. No país, existem diversos exemplos de sucesso de cooperativas femininas ou que têm a participação de mulheres. Entre elas está a Cooperativa de Flores de Pilões.

A Cofep, como é conhecida, foi criada em 1999 por um grupo de mulheres no interior da Paraíba. “Foi como




Cooperados produzem tecidos em teares manuais

O assunto em números:

- 24% das cooperativas têm algum departamento voltado para as atividades femininas (ensino infantil, cursos de economia doméstica, atividades socioculturais, entre outras);
- 70% das cooperativas desconhecem programas destinados a aumentar a participação das mulheres no setor;
- Apenas 7% preveem em seus estatutos qualquer incentivo para o aumento da participação feminina em suas atividades;
- 38% das cooperativas afirmam ter tomado alguma iniciativa para aumentar a participação das mulheres;
- 48% declaram ter planos futuros para estimular essa atuação.

uma piada quando surgiu”, relembra uma das fundadoras, Maria Helena Lourenço. Segundo ela, “a decisão foi muito difícil na época, tanto pelo meio em que vivemos quanto pelo machismo dos maridos e dos próprios moradores da comunidade”. Outro obstáculo encontrado foi a escassez de recursos, que fez com que a iniciativa fosse viabilizada apenas em janeiro de 2002. Hoje, superadas as dificuldades, a cooperativa é motivo de orgulho para a região. Cerca de 250 pessoas são beneficiadas direta e indiretamente com a produção mensal de 40 mil flores, que também são exportadas para cidades do Rio Grande do Norte e Pernambuco.

“Aos trancos e barrancos, constituímos a cooperativa. Hoje, conseguimos nossa independência financeira”, declara Maria Lourenço. Entre os apoiadores do projeto estão: Sebrae, prefeitura de Pilões, Banco Mundial, Banco do Brasil, Universidade Federal da Paraíba e a Empresa de Assistência e Extensão Rural (Emater). 

Links

www.forumdegencoopass.ning.com
www.nosdatrama.com.br

Fonte: Censo do Cooperativismo Brasileiro realizado pela Fundação Getúlio Vargas em convênio com a OCB – Dezembro/1997.



Do verde à verdade

Greenwash não, comunicação consistente com mensagem atraente



Fernando Credidio

fernandocredidio@sustenta.org

Professor, ensaísta, palestrante, facilitador de cursos em empresas e organizações e consultor associado em Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental da Sustente Ecorrelações.

Sustentabilidade não é moda, embora possa parecer o contrário na atualidade. O termo vem sendo usado sem critérios. A expressão aparece nas mais diversas versões: produtos verdes, “green” isso, “eco” aquilo. Tudo parece levar essa mensagem, que frequentemente não passa de maquiagem. Na publicidade, os “ecotermos” são aplicados aleatoriamente, a fim de gerar diferenciais e encantar os consumidores que, ainda bem, estão de fato mais informados e exigentes. A publicidade produz mensagens batidas e distantes da realidade, a ponto de não se envolver com os processos de seus clientes, demonstrando não conhecer suficientemente as questões socioambientais no sentido de ponderar, ou até mesmo potencializar, o que está sendo comunicado. Perde, assim, a oportunidade de veicular mensagens legítimas e consistentes. Por isso, os anunciantes menos familiarizados com o assunto são fisgados pela rede do *greenwash*.

Greenwash é um termo que surgiu na Inglaterra, uma associação de *green* (verde) e *whitewash* (espécie de tinta branca barata aplicada na fachada de casas), que pode ser traduzido como “lavagem verde”. Ele é convencionalmente empregado para classificar procedimentos de marketing adotados por determinada organização (empresas, governos, ONGs etc.) com o objetivo de proporcionar à opinião pública uma imagem ecologicamente responsável de seus serviços e produtos, ou mesmo a respeito da atuação da própria organização. A expressão se refere também às propagandas corporativas que mascaram um desempenho ambiental fraco, o que, ultimamente, tem trazido consequências graves à credibilidade de todo o campo da comunicação ligada à sustentabilidade.

Os sinais do *greenwash* são identificados por meio de frases inconsistentes, emprego de estrangeirismos (a exemplo de *eco-friendly* – que significa “amigavelmente ecológico”), imagens sugestivas e, muitas vezes, desconexas em relação ao contexto (como flores associadas à queima de diesel), selos de supostas certificações independentes e sem reconhecimento ou legitimidade, falta de credibilidade, linguagem inacessível entendida apenas por especialistas, discurso sem a devida comprovação que evidencie um desempenho ecologicamente amigável e fotografias de ações que não retratam mais do que a obrigação, a “lição de casa”. Muitas vezes, empresas publicam como ações de sustentabilidade não mais do que acordos de compensação socioambiental, que teriam de cumprir de qualquer maneira, por ser requisito legal.

A verdade é que o conteúdo de sustentabilidade possui inúmeras interpretações, por isso são feitas tantas aplicações de significados, sem critério nenhum. A ideia de sustentabilidade, diversas vezes, é confundida e banalizada pela comunicação com o uso indevido da expressão. A sociedade nem encontrou o caminho certo do desenvolvimento sustentável e a proposta já se encontra saturada no seu sentido. Qual é a consequência disso? Seu valor se enfraquece e se esvazia. A publicidade acaba por fazer um “desserviço” à causa ambiental, gerando ceticismo e descrédito nas pessoas.

A publicidade é uma ferramenta de comunicação poderosa. Usá-la, juntamente com outras ferramentas, como o *design*, a favor da disseminação da sustentabilidade é fundamental. Quando bem comunicada pelo arsenal de ferramentas da comunicação contemporânea, tem a grande vantagem da atratividade, fato que a maioria dos ambientalistas, técnicos demais, não possui. Cabe



Joana Mao

joanamao@sustenta.org

Gestora ambiental e consultora em Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental da Sustente Ecorrelações


à publicidade deixar a linguagem mais simples, atraente e desejável. Mas, para que não caia no estereótipo do *greenwash*, é necessário que reveja seu formato e conteúdo.

Crianças para representar o futuro, árvores que remetem ao meio ambiente, pessoas abraçadas, papel reciclado e mico-leão-dourado. Imagens idílicas, sem dúvida, mas que distanciam o conceito do dia a dia das pessoas. Nas indústrias, empresas e governos, o que vem acontecendo não está relacionado a pessoas de mãos dadas em campos verdejantes, mas à estratégia, à concepção de um novo modelo de pensamento, um enorme quebra-cabeça para encaixar interesses sociais, ambientais e econômicos. Um encontro de paradigmas do passado e aqueles que já se prenunciam no sentido de reger o futuro. Então... por que o que se comunica é o que não se faz? Por qual razão insistir em empregar fotos bem produzidas, mas irreais, *slogans* que remetem a sonhos, mas que, efetivamente, nada dizem?

No que diz respeito ao formato, a mensagem de sustentabilidade ainda está vagando no imaginário coletivo. Geralmente, as organizações adotam o formato de relatório para comunicar suas práticas supostamente sustentáveis – documentos bem elaborados, porém excessivamente longos, cansativos, repletos de dados e pouco ou nada acessíveis. Fica a pergunta: quem lê tantos relatórios? Essa é, realmente, uma comunicação efetiva? Uma mensagem simples, direta e transparente não seria mais eficiente? Os relatórios têm o seu valor para entendimento dos processos internos, naturalmente, mas, para o público, o que chega? Faz sentido investir tanto tempo, trabalho e recursos para desenvolver e produzir esses documentos? Mesmo os anúncios publicitários de projetos socioambientais parecem páginas arrancadas dos relatórios. Não têm nenhum charme ou atratividade. Ao contrário, resvalam para o lugar-comum. Difícilmente encontra-se no anúncio de um produto sustentável algum objeto de desejo.

Recentemente, a pesquisa da publicação *Uma Nova Era de Sustentabilidade: Estudo Pacto Global-Accenture 2010* revelou a opinião de 766 presidentes de empresas em 100 países, representando 25 setores da economia. Foram entrevistados presidentes de companhias como Alcoa, Diageo, Ericsson, Natura, Nestlé, Novartis, Phillips, Renault-Nissan, Santander e UBS, entre outras. Além de uma pesquisa on-line, o levantamento incluiu entrevistas em profundidade com 50 dos principais CEOs do mundo. A primeira ação apontada pelos executivos como necessária para preparar o negócio para uma nova era de sustentabilidade foi a área dos consumidores. Para eles, é necessário ampliar as informações para esse público.

Isso quer dizer que o setor da comunicação ainda não atende às necessidades organizacionais sobre o tema. Comunicar com sustentabilidade e mais objetividade para ampliar as informações e mudar a opinião das pessoas é um importante desafio para as empresas de comunicação. Contudo, no *ranking* dos setores que declararam ter incorporado mais práticas responsáveis às suas estratégias de negócios estão as concessionárias de serviços públicos, seguidas pelas empresas de energia (em alguns países, o setor não depende de concessão pública para funcionar), com 81%, e pelos bancos, com 74%. Os setores de metalurgia/mineração e comunicação encontram-se nos últimos lugares, com 64% e 63%, respectivamente, nos últimos cinco anos.

Como em tudo a que se propõe, a comunicação pode disseminar o conceito e tornar a sustentabilidade algo desejável. Para tanto, deve apostar em uma criação de identidade clara, apoiada em valores sólidos, missão forte e visão persuasiva. Uma organização sustentável deve possuir uma causa e um propósito que excedam os do próprio negócio. Mais do que isso até... que nele se expandam e o legitimem, devendo, sobretudo, comunicar conscientemente, com o objetivo principal de tornar a mensagem mais consistente, com a atratividade na medida certa para uma sociedade que vive na era do consumo. 

Nas indústrias, empresas e governos, o que vem acontecendo não está relacionado a pessoas de mãos dadas em campos verdejantes, mas à estratégia, à concepção de um novo modelo de pensamento

MARKET  ANALYSIS

EMPRESA DE PESQUISA DE MERCADO ESPECIALIZADA EM ESTUDOS DE INTELIGÊNCIA EM SUSTENTABILIDADE

Monitore os impactos dos programas em investimento social

Entenda as expectativas dos consumidores, *stakeholders* e públicos de interesse

Identifique os indicadores chave de reputação

Responsabilidade Social Corporativa

SponsorTracker

Monitor de Reputação Empresarial

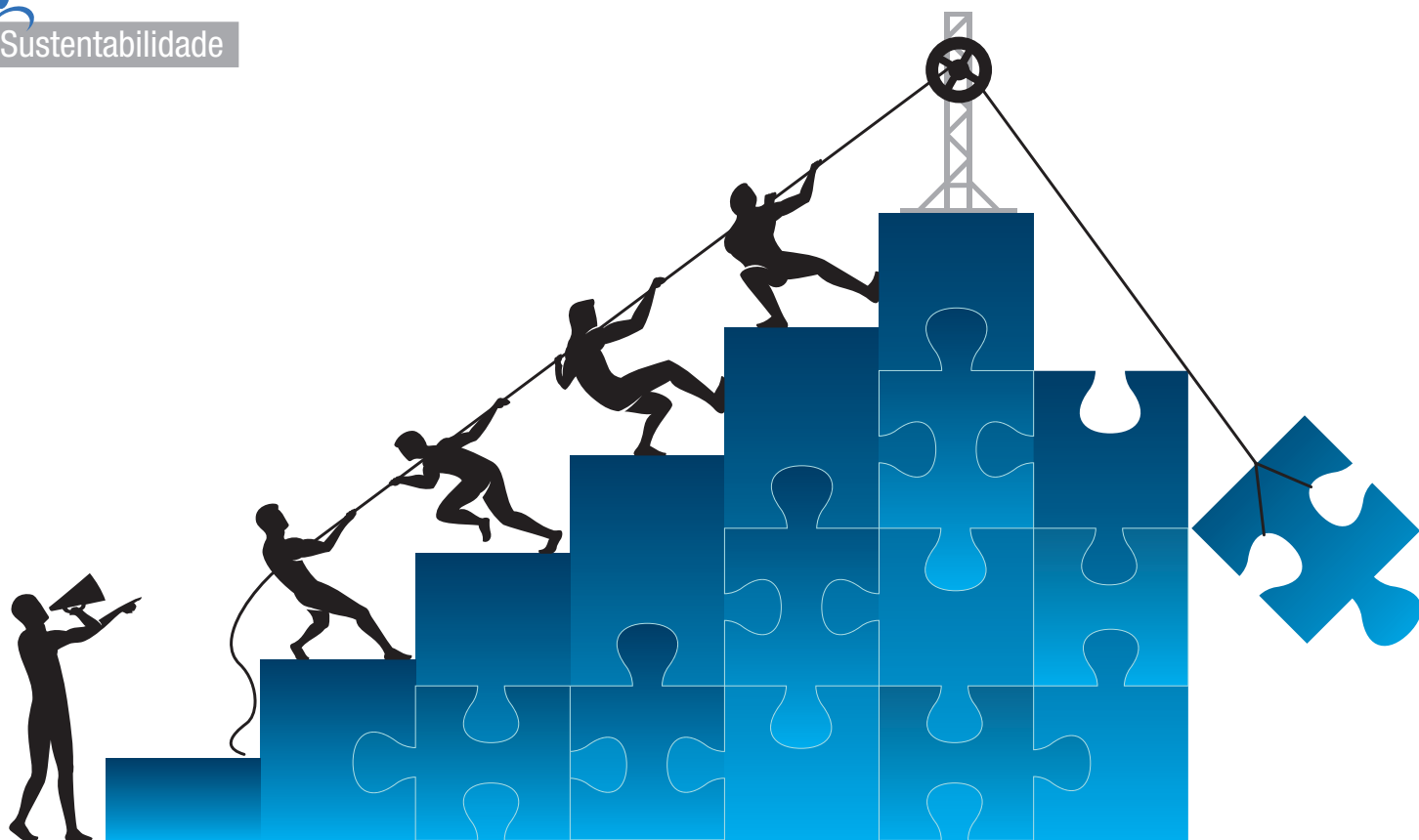
Líder Barômetro

Media Reputation

Barômetro Ambiental

www.marketanalysis.com.br

info@marketanalysis.com.br
+55 48 3234 8573



Fundações Comunitárias

Articulando pessoas e recursos para o desenvolvimento local



Lucia Dellagnelo

lucia@icomfloripa.org.br

Doutora em Educação e Desenvolvimento Humano pela Universidade de Harvard, é fundadora e coordenadora geral do Instituto Comunitario Grande Florianópolis (ICom). É líder/parceira da Fundação Avina e *senior fellow* em filantropia do Instituto Synergos.

nas últimas décadas, o crescimento significativo do Terceiro Setor no Brasil gerou a necessidade de novas formas de apoio técnico e financeiro para as ONGs e a criação de uma infraestrutura adequada para o setor. Essa estrutura deve ser composta por fontes diversificadas de financiamento e por organizações sociais de nível intermediário cujo objetivo seja articular e estabelecer pontes entre os investidores e a rede de organizações que atuam em torno de uma causa ou território. Um exemplo desse tipo de organização é a Fundação Comunitária.

As Fundações Comunitárias são organizações da sociedade civil (OSC) que buscam promover a articulação de diversos fatores em prol da comunidade. Elas reúnem recursos de uma ampla gama de doadores, criam sinergias e potencializam o impacto do investimento social. Para que uma organização seja definida

como Fundação Comunitária, ela deve ter as seguintes características: atuar em uma base geográfica definida; ter um conselho formado por pessoas representativas da comunidade; oferecer apoio financeiro e técnico a organizações sociais locais (*grant-making*); e mobilizar recursos e constituir mecanismos para a sua sustentabilidade.

As Fundações Comunitárias surgiram originalmente nos Estados Unidos e, a partir da década de 1980, foram implementadas em outras partes do mundo. Atualmente são quase 1,5 mil operando em 51 países. Em sua expansão internacional, o conceito adquiriu características diferentes, em função de suas peculiaridades socioeconômicas e das políticas de cada contexto, mas manteve sua essência por funcionar como uma plataforma de articulação de pessoas e recursos destinados à promoção do desenvolvimento local.

Na América Latina, com exceção do México, o movimento ainda é incipiente. No Brasil, apesar de existirem muitas organizações que reúnem características de Fundações Comunitárias, a primeira formalmente criada foi o Instituto Rio, em 2001. Dois anos depois, o programa Doar, desenvolvido pelo Instituto do Desenvolvimento para o Investimento Social (Idis), fomentou a criação de organizações comunitárias em diversas cidades do Estado de São Paulo. Duas outras entidades, o Instituto Comunitário Grande Florianópolis (ICom), em 2005, e o Instituto Baixada Maranhense, em 2009, já nasceram com a denominação.

Embora a experiência ainda seja muito recente, alguns exemplos demonstram o potencial das Fundações Comunitárias para agregar valor ao investimento social. No caso do Instituto Rio, o Fundo Vera Pacheco Jordão tem demonstrado a viabilidade e a importância da criação de fontes permanentes de recursos para as organizações que operam na zona oeste do Rio de Janeiro. A iniciativa recebe contribuições de outros doadores e ajuda a fortalecer a cultura de doações para fundos patrimoniais, que são fundamentais para a sustentabilidade de organizações do Terceiro Setor no Brasil.


O ICom, por meio de seus Fundos Comunitários de Investimento Social, tem conseguido articular diferentes doadores e atores locais ampliando o impacto do investimento na comunidade. O Fundo Comunitário de Reconstrução, além de investir na restauração de casas e na infraestrutura de ONGs danificadas pelas enchentes que atingiram Santa

Catarina em 2008, desenvolveu um programa de preparação para emergências e proteção de crianças e adolescentes em parceria com a Defesa Civil e a *Save the Children*.

Já o Instituto Baixada Maranhense oferece recursos para pequenas organizações de base e para a criação de uma estrutura de governança participativa, que decide sobre os investimentos sociais comunitários. Além disso, o trabalho do instituto consolida e articula uma rede de iniciativas de desenvolvimento local que há anos vem sendo desenvolvida nos municípios da Baixada Maranhense.

Apesar de diferentes entre si, as experiências das Fundações Comunitárias no Brasil compartilham dois princípios fundamentais: o foco no fortalecimento da rede de organizações locais e a mobilização de recursos como ato de cidadania e expressão de participação da vida comunitária.

Esses princípios constituem a principal contribuição que o conceito de Fundação Comunitária pode agregar ao Terceiro Setor no Brasil. Uma alternativa organizacional para a realização do investimento social comunitário, que não depende da riqueza ou do poder de um único ator social, empresas ou indivíduos, mas cuja força e efetividade têm como base a soma de esforços e recursos.

Diante da expansão do conceito pelo mundo e da demonstração de seus resultados no fortalecimento das comunidades nas quais atuam, vale a pena conhecer mais e analisar criticamente o potencial das Fundações Comunitárias no Brasil. 

Elas reúnem recursos de uma ampla gama de doadores, criam sinergias e potencializam o impacto do investimento social

ECONÔMICA Desenvolvimento Empresarial

- Congressos
- Seminários
- Cursos (inclusive *In Company*)
- Consultoria em responsabilidade social





Cadê a Amazônia? O fogo comeu...

Por Dal Marcondes

Ao que parece, 53% do território brasileiro desapareceu. Quase não se ouve falar dele e os políticos que querem ser governantes pouco falam sobre isso. Aparentemente, os marqueteiros de plantão aconselham não tocar no assunto, afinal, o debate sobre o Código Florestal já mostrou que esse é um tema espinhoso. Amazônia tem poucos votos. São apenas 25 milhões de habitantes e talvez apenas a metade em idade de votar. Então, é melhor concentrar a atenção nas grandes cidades do Sul e Sudeste. Algumas delas com a mesma quantidade de votos de toda a Amazônia.

Durante o mês de agosto, mais de 20 mil focos de incêndio surgiram em regiões do bioma Amazônia. Os jornais e TVs apontaram o fato como uma tragédia inevitável, pouco antes de darem ao público informações sobre o recorde da loteria ou a vida de um famoso. O fogo avança sobre áreas que deveriam ser preservadas ou trabalhadas para ter um manejo mais eficaz. Queima as raízes de um desenvolvimento sustentável para a região. Em 3 hectares de floresta existe mais vida e possibilidades de desenvolvimento da

Amazônia do que em mil cabeças de gado, que precisam, cada uma, de 3 hectares para viver. Mil hectares alimentam apenas 300 cabeças de gado, que não forma sequer uma grande criação.

Empresas supermercadistas já pressionaram os frigoríficos para acabar com essa insanidade de criar gado de forma tão primitiva e sem valor agregado. No entanto, não se questiona a quem interessa manter esse modelo de negócios neolítico. Os frigoríficos prometem rastrear o gado para garantir que a carne que chega às mesas dos brasileiros não vem de áreas criminosamente desmatadas. Mas não aceitam auditorias externas para provar que estão fazendo isso. O fato é que os grandes frigoríficos brasileiros estão se tornando os maiores do mundo, com ramificações em todos os países produtores de carne. E de onde vem o capital para isso? Bom, uma parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Outra parte vem dos pastos que surgem após as queimadas. O boi barato da Amazônia é o mesmo que pressiona para baixo o preço da arroba de carne nos mercados do Sul-Sudeste. Ou seja, os pecuaristas que





investem em tecnologia, melhoramento genético e saúde animal perdem dinheiro porque um grupo de oportunistas, que não compraram suas terras e atuam de forma clandestina, esquentam seus bois em artimanhas com notas fiscais forjadas e colocam sua carne em condições de igualdade para disputar mercados nos grandes centros.

O fogo está comendo a Amazônia pelas bordas e todos os anos isso é dado como “acidental”. Não! Não é um acidente, é apenas o descaso de políticos e autoridades em relação a mais da metade do território brasileiro, que ainda não foi compreendido como o verdadeiro diferencial do Brasil no mundo global do século 21. O que seria do Brasil sem a Amazônia? Provavelmente um país mediano, como muitos outros ao redor do mundo, sem um protagonismo importante e a reboque de políticas regionais. Mas, com a Amazônia, o Brasil é um país relevante no cenário global, pelos serviços ambientais que a região presta ao próprio país e ao planeta. O Trópico de Capricórnio, que passa pelos Estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul, uma das regiões mais férteis do mundo, é o mesmo que em outros

continentes atravessa desertos. Ou seja, a região mais rica do Brasil apenas não é um deserto porque a Amazônia a irriga com a umidade necessária para formar os imensos campos cultivados com cana, soja, laranja e outros cultivos. Basta olhar para o outro lado dos Andes e temos o deserto do Atacama, uma das regiões mais secas do planeta.

Candidatos e políticos hoje no poder estão calados em relação ao desastre ambiental causado pelo fogo e à crônica da tragédia anunciada que virá quando a Amazônia chegar a um tamanho que não mais permita que se continue prestando serviços ambientais ao resto do país. E ela não precisará acabar para isso acontecer. O equilíbrio entre a capacidade de a floresta se regenerar e continuar interagindo com os fluxos de umidade entre o oceano e as planícies do Centro-oeste e Sudeste pode ser rompido a qualquer momento. As secas já estão sendo maiores e mais prolongadas. São Paulo já registrou em agosto umidade relativa do ar de 10%. Já é clima de deserto.

O que mais será necessário para se criar uma força de emergência para apagar o fogo e prender culpados?

Dal Marcondes é diretor de redação da Envolverde, recebeu o Prêmio Ethos de Jornalismo em 2006 e 2008 e é Jornalista Amigo da Criança pela Agência Andi de notícias

Link 
www.envolverde.org.br





Para a Asplan o Terceiro Setor está sempre em primeiro lugar.

As soluções e a confiabilidade dos sistemas da Asplan são referência entre as principais organizações do terceiro setor, pois atende organizações de pequeno, médio e grande porte, com o completo gerenciamento de associados, total controle financeiro e todas as obrigações fiscais específicas.

A Asplan entende as suas necessidades e tem uma política diferenciada para um setor tão especial. Entre em contato conosco para obter mais detalhes sobre as nossas soluções.



**Soluções Inteligentes na
Gestão de Informações**

Asplan Softwares de Gestão • Rua Loefgreen, 1387 • Vila Mariana • São Paulo/SP • Brasil
Fone: +55 11 5081-9800 / FAX +55 11 5081-9804

Organizações que utilizam Asplan:
Instituto Ethos • Fundação Abrinq • Fundação Bial • instituto HP • Fundação Diaconia

Educação e sustentabilidade

Educação como instrumento de conquista social, busca pela sustentabilidade e pesquisas relacionadas a questões climáticas são o foco da Allianz Seguros

Por Paula Craveiro

No país há 105 anos, a Allianz Seguros está presente em todo o território nacional por meio de suas 60 filiais, 1,4 mil funcionários e com o apoio de 18 mil corretores de seguros, responsáveis pela comercialização de seus produtos e serviços para pessoas e empresas. A companhia atua em ramos elementares (seguros de bens, financeiros e responsabilidades), além do setor de saúde empresarial.

Projetos socioambientais

A Allianz é subsidiária brasileira do Grupo Allianz, da Alemanha. Dessa forma, existem investimentos e projetos que são desenvolvidos pela matriz no exterior e iniciativas nacionais.

“No Brasil, os projetos estão mais voltados para a área social e foram iniciados há mais de 15 anos com a criação da Associação Beneficente dos Funcionários do Grupo Allianz Seguros (ABA)”, explica Tales Rocha, gerente de Comunicação e Relações Institucionais da empresa. A seguradora ainda desenvolve ações voltadas ao meio ambiente, tendo como princípio a disseminação do conhecimento sobre mudanças ambientais globais.

“O Grupo Allianz promove importantes estudos sobre o clima desde 2005 e nós, no Brasil, nos preocupamos em divulgar tais pesquisas a fim de compartilhar as informações e promover o debate sobre questões que são de importância fundamental para toda a humanidade”, conta Rocha. “Por sermos seguradores, precisamos entender as relações entre a nossa indústria e a sociedade, a fim de que seja possível aumentar a contribuição do setor”.

Pensando no desenvolvimento sustentável e com base no respeito às pessoas e ao meio ambiente, o grupo está investindo, desde 2007, 500 milhões de euros em projetos de energias renováveis, além de ter como meta reduzir suas emissões de CO₂ em 20% até 2012. “Além disso, somos pioneiros na promoção e realização

de estudos e pesquisas com foco no combate às mudanças climáticas. Vale frisar que a Allianz é uma das líderes do setor de seguros no índice Dow Jones de Sustentabilidade, listado no FTSE4GOOD e no Carbon Disclosure Leadership Index (Carbon Disclosure Project, CDP6)”, destaca o gerente.

O grupo também é membro da Transparência Internacional e apoia os princípios do Pacto Global das Nações Unidas e as Diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para multinacionais, por meio de seu Código de Conduta.

Associação Beneficente

A companhia criou na Alemanha, em 2007, a Allianz Climate Solutions para desenvolver projetos e produtos relacionados às questões ambientais. No Brasil, fundada por iniciativa dos colaboradores da companhia, a ABA completou 15 anos em agosto de 2009.

“Com atuação direcionada a projetos educacionais, atendemos cerca de 5 mil pessoas, gerando oportunidade de crescimento pessoal e social. Asseguramos os meios e as condições para que crianças, adolescentes, respectivas famílias e comunidade local tenham acesso a serviços e educação de qualidade, fazendo desse acesso um instrumento de conquista social”, diz Tales Rocha.

A ABA está situada na Comunidade Santa Rita, também conhecida como favela da Caixa D'Água, no bairro do Cangaíba, zona leste de São Paulo. “Não é difícil imaginar a situação que prevalece na comunidade, tais como privações e violência nas mais variadas manifestações”, comenta o gerente de Relações Institucionais. “Diante desse cenário, buscamos, por meio de ações educativas, contribuir para o desenvolvimento das pessoas que procuram a associação. Nossa função é educar para auxiliar na transformação do indivíduo, do grupo, da comunidade e da sociedade. Acreditamos que

somente por meio da educação nos é dada a possibilidade de mudarmos nossa história. Apesar da situação adversa à qual estão expostos, nossos jovens são capazes de transformar as desvantagens em vantagens”, garante.

Administração dos projetos

A gestão administrativo-financeira da ABA é feita por meio de comitê formado por ex-colaboradores, colaboradores, em sua maioria diretores, além do próprio presidente da Allianz Seguros, Max Thiermann. Várias ações são desenvolvidas para a captação de recursos, como campanhas e organização de festas.

A cultura empresarial impressa na ABA ao longo dos 15 anos tem demonstrado que é possível proporcionar atendimento de qualidade e formação adequada. “Nossa meta em 2010 é tornar a ABA autossuficiente, capaz de conquistar os recursos necessários para ampliação dos projetos. Assim, estamos investindo em esforços na captação de recursos para ampliação do atendimento a crianças de quatro a seis anos. Um imóvel já foi adquirido. Em breve, as obras serão iniciadas e assim poderemos diminuir a fila de espera, que soma mais de 800 crianças”, ressalta Rocha.

As certificações no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Conselho Municipal de Assistência Social (Comas) e Utilidade Pública Federal são meios oficiais e legítimos pelos quais o Grupo Allianz demonstra a transparência de suas ações, além dos relatórios financeiros disponíveis aos colaboradores.

Conquistas e próximos desafios

Segundo Tales Rocha, as maiores conquistas estão na área social, no fato de o Programa de Capacitação de Adolescentes ter obtido êxito por realmente estar promovendo o primeiro emprego aos jovens da comunidade de Santa Rita. Entre as turmas que já fizeram o curso, o índice de aceitação desses adolescentes no mercado de trabalho chega a 80%.

“Em relação à disseminação do conhecimento, a realização e o êxito de fóruns, prêmios voltados à sustentabilidade e a promoção de pesquisas, sendo a última sobre biocombustíveis em parceria com a ONG WWF, têm demonstrado que a seguradora fez a opção correta”, afirma.

Rocha destaca ainda que nas duas últimas edições (2008 e 2009) do Prêmio Allianz Seguros de Jornalismo, no tema Sustentabilidade – Mudanças Ambientais Globais, foram inscritas 829 matérias. Os dois fóruns




Crianças beneficiadas pela ação da Allianz Seguros

Áreas de atuação

As principais ações realizadas pelo grupo, segundo Rocha, são:

- Allianz Knowledge Brasil: Versão em português do portal criado para debater temas emergentes na pauta mundial, como as mudanças climáticas, energia renovável, segurança, saúde e sustentabilidade. O objetivo é servir de fonte de pesquisa e informações para os que se interessam pelos temas, sendo que o acesso é gratuito.
- Kit 100% Digital: Consiste na migração dos materiais impressos entregues ao segurado e ao corretor na contratação do seguro para o meio eletrônico. “Esse modelo de kit extingue todos os papéis utilizados, válidos para os segmentos de automóvel, residência, condomínio, empresa e seguro garantia. Com isso, a Allianz evita duas emissões: além dos recursos naturais que deixarão de ser utilizados na produção e impressão do kit, a parte mais poluente do processo, que é o envio do material com uso de transporte aéreo ou terrestre, também sai de cena, evitando a queima de combustíveis fósseis”, destaca Rocha.
- ABA: A associação nasceu em 1994, criada pelos próprios funcionários da companhia, com o objetivo de proporcionar a crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos a oportunidade de crescimento pessoal e social por meio de atividades educativas, culturais e esportivas. São ministradas aulas de dança, informática, prática de cidadania, orientação de estudos, entre outras.

internacionais de seguros para jornalistas, cujo tema também foi Sustentabilidade e Mudanças Climáticas, chegou a contar com a presença de mais de 140 profissionais da área de todo o país.

“Os desafios da sustentabilidade são inúmeros, portanto, sempre haverá algo a ser feito pelas empresas para melhorar as comunidades em que atuam. E é essa melhoria contínua que nós, da Allianz, buscamos. Entendemos que a sustentabilidade é parte dos negócios. Assim, nossas metas de crescimento devem ser igualmente sustentáveis”, conclui. 

Link 

www.allianz.com.br

A gestão contábil de sua organização levada a sério

SERVIÇO PERSONALIZADO E ESPECIALIZADO NO TERCEIRO SETOR

- Contabilidade gerencial com análise por orçamentos e por projetos
- Planejamento tributário, objetivando economia de forma legal
- Serviços contábil, fiscal, trabalhista e financeiro
- Auditoria e validação em arquivos eletrônicos para fiscalização (Sintegra, IN86)
- Controle e renovação de Certidões Negativas
- Consultoria e auditoria preventiva
- Intercâmbio de dados com qualquer sistema de gestão
- Informações pela web com total segurança

Três décadas
de tradição, inovação,
informação e agilidade



Os sete pecados da

Os produtos brasileiros são os que menos usam apelos em suas embalagens para demonstrar aos consumidores sua preocupação ambiental. Comparado a outros países, apresentamos a menor média de apelos ecológicos: 1,8 por produto. Os Estados Unidos lideram o *ranking* com uma média de 2,3. Ainda assim, a prática em território nacional é frequente, pois 90% de todos os apelos encontrados nos produtos cometem pelo menos um dos pecados da rotulagem ambiental.

Os dados divulgados fazem parte da pesquisa *Greenwashing no Brasil*, estudo sobre os apelos ambientais nos rótulos dos produtos realizado pela *Market Analysis*, dando continuação à pesquisa desenvolvida pela TerraChoice em quatro outros países: Estados Unidos, Canadá, Reino Unido e Austrália.

Para quem não conhece o termo de origem inglesa, *greenwashing* é empregado para designar um procedimento de marketing utilizado por uma organização com o objetivo de prover uma imagem ecologicamente responsável dos seus produtos ou serviços. As pesquisas realizadas buscaram não apenas descrever, mas principalmente entender e quantificar o crescimento no mercado do *greenwashing*, ou “maquiagem verde” como também é conhecido.

Por meio dos padrões observados, os apelos que apresentavam menções falsas ou duvidosas foram classificados em sete categorias: pecados do custo ambiental camuflado, pecado da falta de prova, pecado da incerteza, pecado ao culto a falsos rótulos, pecado da irrelevância, pecado do “menos pior” e o pecado da mentira.

No Brasil não há um órgão específico que regule a rotulagem ambiental, mas a Associação Brasileira de Embalagem (Abre) lançou uma cartilha com diretrizes baseadas na norma ISO 14.021 que visa padronizar a rotulagem ambiental

rotulagem ambiental

aplicada às embalagens. Visto a falta de normas especificamente brasileiras, os apelos encontrados nas embalagens dos produtos analisados foram testados de acordo com as práticas de marketing ambiental adotadas pela International Organization for Standardization (ISO).

Em 15 lojas visitadas no Brasil, foram encontrados 501 produtos de várias categorias que, juntos, somam um total de 887 apelos ecológicos. Enquanto nos outros países há forte presença do pecado do custo ambiental camuflado (40%), aqui o pecado da incerteza (quando uma declaração é tão pobre ou abrangente que seu real significado pode não ser compreendido pelo consumidor) prevalece sobre os demais cometidos (46%), e é percebido em 55% de todos os produtos verificados.

No entanto, comparando o Brasil aos outros países pesquisados, o percentual em relação ao total de pecados é significativamente maior, mas, se visto em relação ao total de produtos que apresentam o pecado da incerteza, o percentual entre os diferentes países é similar, sobressaindo o Reino Unido, com 62%. Um exemplo muito comum do pecado da incerteza encontrado nas embalagens dos produtos são os termos e expressões “verde”, “amigo do meio ambiente”, “ecologicamente correto” e outras variações de terminologia que, quando não possuem explicação, geram dúvidas e acabam sem significado.

É interessante notar que nos apelos apresentados de forma escrita nas embalagens dos produtos brasileiros, a preocupação com a reciclagem do produto ou sua embalagem é a que aparece com maior intensidade. No que se refere à simbologia, o pecado da incerteza também está presente em dois símbolos bastante utilizados, que apesar de serem semelhantes, possuem significados diferentes. Alguns são aplicados de maneira correta de acordo com a ISO 14.021, mas nem sempre o consumidor


conhece as regras por trás da simbologia, fazendo-se necessária a presença de uma explicação a fim de não confundir a mente do consumidor.



O símbolo da direita, o *Mobius Loop*, por exemplo, significa que o produto é feito de material reciclado. Mas seria o produto ou a embalagem? E o composto é 100% reciclado ou a porcentagem é menor?

Os consumidores do mundo inteiro estão preocupados com os impactos gerados pelo consumo, e a procura por produtos considerados ecologicamente corretos vem crescendo nos últimos anos, o que estimulou principalmente as empresas a aproveitar o momento para associá-los a atribuições ambientalmente responsáveis, para não terem sua imagem manchada perante a opinião pública.

Em muitas embalagens, os apelos utilizados pelas empresas podem ser considerados duvidosos e, dependendo do caso, oportunistas, por não terem critérios claros que respaldem suas pretensões ambientalistas, ou, ainda, por meio da apresentação de símbolos e apelos visuais que podem induzir o consumidor a conclusões erradas sobre o produto ou serviço que deseja comprar.

Com a utilização apenas de exemplos corriqueiros, fica claro que é imprescindível que o consumidor esteja atento na hora da decisão da compra, para avaliar o aspecto sustentável de cada empresa e como esta se relaciona com os recursos naturais. Principalmente que saiba interpretar o que a embalagem diz, pois só dessa maneira o consumidor fará com que as empresas passem a colocar nos seus produtos apenas informações verdadeiras e fundamentadas de forma clara e precisa. 

Ficha técnica:

Brasil

Estudo *Greenwashing – Os sete pecados da rotulagem ambiental*, pela Market Analysis, realizado em 15 lojas com 501 produtos entre os dias 13 de fevereiro e 2 de março de 2010, seguindo o padrão metodológico descrito e disponibilizado no relatório *The Seven Sins of Greenwashing*, desenvolvido pela TerraChoice.

Outros países

Pesquisa realizada em 40 lojas com 4.705 produtos entre novembro de 2008 e janeiro de 2009, nos Estados Unidos, Canadá, Inglaterra e Austrália. Todos os direitos reservados à TerraChoice Environmental Marketing Inc. – www.sinsofgreenwashing.org

Link

www.marketanalysis.com.br

e-mail @

info@marketanalysis.com.br

Telephone

(48) 3234-8573



Campanha Mundial de Combate à Fome

A iniciativa "1billionhungry" pretende coletar um milhão de assinaturas em uma campanha mundial no combate à fome. Para participar, é necessário firmar petição on-line com nome, e-mail, cidade e país. A campanha será finalizada no Dia Mundial da Alimentação, 16 de outubro, e as assinaturas serão entregues na mesma data à Organização das Nações Unidas (ONU). Segundo o secretário do Mutirão pela Superação da Miséria e da Fome, padre Nelito Dornelas, a intenção é "sensibilizar a humanidade para a ONU colocar um dispositivo criminalizando a fome, como ocorreu no passado com a escravidão". De acordo com os dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), há pelo menos 15 bilhões de famintos vivendo em nações desenvolvidas.

www.1billionhungry.org

Instituto Votorantim lança o Via Blog

Para comemorar os 20 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Instituto Votorantim lançou o Via Blog. A ferramenta é um espaço de interação e aprendizagem voltado à disseminação de informações sobre o tema. O portal promove a troca de experiências e o debate sobre os problemas e soluções para a garantia dos direitos infanto-juvenis. No Via Blog é possível encontrar conteúdos sobre metodologias de ação e exemplos de boas práticas relacionadas à causa. O usuário ainda pode participar de fóruns de discussão e acessar entrevistas e artigos sobre o assunto. Também é possível contribuir com relatos, perguntas e sugestões de temas que tratam dos direitos da criança e do adolescente.

www.viablog.org.br

Campanha Cupom é Vida

A Santa Casa de São Paulo promove a Campanha Cupom é Vida. O objetivo é angariar doações de cupons fiscais que serão revertidos em prol da construção do Centro de Medicina Paliativa Infantil. A iniciativa visa oferecer dignidade e diminuir o sofrimento de pacientes com doenças sem possibilidade de cura. Para participar basta doar os cupons fiscais sem CPF ou CNPJ nas urnas espalhadas pelos hospitais da Irmandade da Santa Casa ou nos shoppings e estabelecimentos parceiros. A meta inicial é arrecadar R\$ 5 milhões para construir e equipar o centro. "Posteriormente, será dada continuidade à campanha para garantir a manutenção do mesmo", explica o superintendente dos Hospitais da Santa Casa de São Paulo, Dr. Antonio Carlos Forte.

www.santacasasp.org.br/cupomevida

Radar

Cuidar do idoso em casa – limites e possibilidades

Lançado pela Editora Unesp, a obra Cuidar do idoso em casa – limites e possibilidades (204 págs., R\$ 25) discute as mudanças socioculturais que estimulam a vivência dos idosos em comunidade, e não mais em casas de repouso. As autoras Ângela Maria Machado de Lima e Carine Teles Sangaleti refletem sobre o envelhecimento como uma questão de política pública, principalmente relacionadas à Política Nacional e ao Estatuto do Idoso, e analisam as reivindicações pelo reconhecimento de aspectos específicos do envelhecimento e da velhice (com qualidade) como um direito de todos.

www.editoraunesp.com.br



Câncer: Vidas Ressignificadas

A editora Alcance acaba de lançar o livro Câncer: Vidas Ressignificadas (136 págs., R\$ 25). Na publicação, os pacientes contam suas vitórias, angústias, dúvidas e dificuldades vividas durante a doença. De acordo com a psicóloga e uma das organizadoras do livro, Carla Mannino, é terapêutico. "Bem mais que palavras, a pessoa está exprimindo sua experiência e seus sentimentos, permitindo, assim, elaborá-los. Uma pessoa que relata uma situação dolorosa está, sobretudo, acreditando na possibilidade de transformação", explica a especialista.

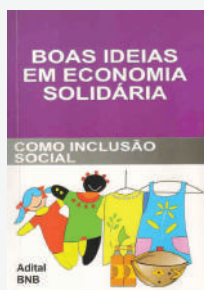
www.editoraalcance.com.br



Boas Ideias em Economia Solidária

O livro Boas Ideias em Economia Solidária (130 págs., distribuição gratuita). A publicação reúne práticas e experiências que demonstram o crescimento e o fortalecimento do setor no Brasil. A obra traz matérias, artigos e entrevistas que abordam temas como Agricultura Familiar e Agroecologia. O conteúdo foi elaborado em parceria com o Banco do Nordeste do Brasil e tem como objetivo evidenciar o trabalho realizado por empreendimentos econômicos, entidades de apoio e fomento, além de representantes dos governos.

www.adital.com.br



O que é favela, afinal?

O Observatório de Favelas lançou a publicação O que é a favela, afinal? (53 págs. download gratuito). O conteúdo reúne artigos de especialistas como Fernando Cavallieri, do Instituto Pereira Passos; Rosana Denaldi, consultora do Ministério das Cidades de São Paulo; e Cristovão Duarte, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Entre os assuntos do livro estão a importância da informação para as políticas públicas e a identificação e caracterização dessas moradias. Ainda são apresentadas as dinâmicas sociais, econômicas e culturais que definem o processo de urbanização.

www.observatoriodefavelas.org.br



Banco de dados sobre o patrimônio cultural do país

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) lançou um banco de dados para divulgar informações sobre os bens culturais brasileiros. Segundo a técnica da coordenação de registro do departamento do Patrimônio Imaterial do Iphan, Luciana Luz, a iniciativa vai contribuir para que a população reconheça e mantenha as tradições culturais. “Por meio dessa divulgação, o bem é reconhecido e valorizado por toda a população. Ele tem maior visibilidade não só para a região, mas para todo o Brasil”, explica Luciana. O Banco de Dados dos Bens Culturais Registrados (BCR) ainda vai conter os principais documentos que fizeram parte dos processos de registro desses patrimônios. A comunidade também poderá registrar suas manifestações culturais.

 www.iphane.gov.br/bcr

Índice social da ONU avalia saúde, educação e trabalho

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) lançou mais um indicador social: o Índice de Valores Humanos (IVH). A iniciativa mensurou a percepção das pessoas sobre saúde, educação e trabalho e confirmou características já constatadas em outras avaliações. De acordo com os entrevistados, as pessoas mais pobres não são bem atendidas nos hospitais e postos de saúde. Além disso, elas têm baixas expectativas quanto à educação e experimentam as piores vivências no trabalho. Para o coordenador do Relatório de Desenvolvimento Humano do Pnud, Flávio Comim, o IVH serve para analisar processos, e não apenas resultados das políticas públicas. Ele enfatiza que, além do governo, o índice mostra que famílias, professores e médicos, por exemplo, podem influenciar no desenvolvimento humano.

 www.pnud.org.br

Renovação

Idealizado em 2009, o Renovação é um site de fomento de doações que oferece aos usuários um canal para o exercício da cidadania. Com cerca de um mês de existência, o portal já somava mais de 700 cadastros efetivados. Podem se cadastrar pessoas interessadas em fazer doações e também as que precisam receber. Um dos diferenciais é a classificação dos donativos por categoria e região, que visa facilitar a navegação e a busca realizada no site. “Para garantir mais agilidade e amplificar o alcance, integramos o Renovação ao Twitter. Com isso, é possível acompanhar a movimentação de novas doações e pedidos conforme eles forem publicados”, ressalta Adalberto Generoso, criador da iniciativa.

 www.renovaacao.com.br

Portal MDS de cara nova

O Ministério do Desenvolvimento Social lançou o seu novo portal. No site, gestores e usuários têm acesso a um canal permanente de informações. O Mural de Avisos, por exemplo, traz informes sobre os programas de Assistência Social, Bolsa Família, Segurança Alimentar e Nutricional, Inclusão Produtiva e Avaliação da Gestão da Informação. Para a diretora de internet da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, a mudança representa “uma simplificação da linguagem para o acesso do público externo”. Segundo a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Márcia Lopes, o site “é um bem público de transparência e de acesso às informações. Todos nós temos um compromisso com o portal, contribuindo com críticas e sugestões”.

 www.mds.gov.br



Biblioteca Dorina Nowill

A Biblioteca Dorina Nowill, em Taguatinga, Distrito Federal, atende, por mês, cerca de 80 deficientes visuais. O espaço promove aulas de Informática, Inglês, Fotografia, Dança e Reciclagem de leitura em Braille. O local ainda oferece reforço escolar para alunos que frequentam escolas regulares. O projeto é realizado com o apoio de voluntários, que leem textos e exercícios para esclarecer dúvidas sobre o conteúdo. “É bom saber que posso ajudar e me sentir útil”, afirma a voluntária Valéria Freitas, que dá aulas de Inglês e Biologia. A biblioteca também promove a ressocialização de seus frequentadores. “Há uma preparação para o mundo lá fora. Muitos se sentem estimulados a voltar a estudar ou trabalhar”, declara a fundadora da biblioteca, Dinorá Couto Cançado.

 www.agenciabrasil.ebc.com.br


Página Ficha Limpa

A página Ficha Limpa disponibiliza para consulta a relação dos políticos que se enquadram nas exigências da lei. O site é uma iniciativa da Articulação Brasileira Contra a Corrupção e a Impunidade (Abracci), o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) e o Instituto Ethos. As informações e documentos que comprovam a Ficha Limpa dos políticos são apresentados voluntariamente pelo próprio parlamentar. Os internautas podem questionar os dados apresentados, denunciando no site as eventuais contradições. A nova ferramenta também permitirá aos políticos darem maior transparência às doações recebidas, informando semanalmente a origem e o montante dos recursos obtidos e os gastos feitos no período.

 www.fichalimpa.org.br

Biblioteca virtual em saúde

A Biblioteca Virtual em Saúde promove o acesso gratuito a mais de 16 milhões de documentos técnico-científicos. Os conteúdos são desenvolvidos por instituições acadêmicas e pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A iniciativa é uma parceria entre o Hospital Santo Antônio, o Ministério da Saúde e a Organização Pan-Americana da Saúde. Além de gestores e profissionais da área, o serviço ainda pode ser utilizado por pesquisadores e usuários em geral. O objetivo é promover o acesso livre ao conhecimento por meio de fontes cooperativas e dinâmicas. “Tratam-se de pesquisas e estudos da mais alta confiança”, afirma a coordenadora de documentação e informação do Ministério da Saúde, Eliane Santos.

 <http://estacaobvs.saude.gov.br>

Outubro

Dia	Evento	Local	Realização	Info
14	Elaboração de projetos e a captação de recursos – Curso intensivo itinerante	Recife/PE	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
15	Elaboração de projetos sociais: planejamento e execução	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
18 a 22	Imersão Contábil para o Terceiro Setor	Atibaia/ SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
20	Execução Orçamentária e Financeira	São Paulo/ SP	Diálogo Público	www.dialogopublico.com.br (11) 2281-9643
20	Alianças Intersectoriais e Sustentabilidade	São Paulo/ SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
21	Comunicando e captando recursos no Terceiro Setor – Curso intensivo itinerante	Belo Horizonte / MG	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
22	Elaboração de projetos sociais pelo marco lógico (Logical Framework Approach)	São Paulo / SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
22	5º Encontro Paulista de Fundações	São Paulo / SP	Associação Paulista de Fundações	www.apf.org.br/5encontro (11) 3237-3193
29	Eventos especiais: uma ferramenta de captação de recursos	São Paulo / SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
29	Comunicando e captando recursos no Terceiro Setor – Curso intensivo itinerante	Natal / RN	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643

Novembro

Dia	Evento	Local	Realização	Info
4	Comunicando e captando recursos no Terceiro Setor - Curso Intensivo Itinerante	Porto Alegre / RS	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643



MONELLO
CONTADORES

CONSULTORIA CONTÁBIL E FISCAL PARA O 3º SETOR

ESCRITÓRIO CONTÁBIL DOM BOSCO

*Mais de 40 anos
de exclusivo
compromisso com as
entidades do 3º setor*

www.sergiomonello.com.br

5	Fontes de financiamento e as bases de dados para uma boa captação de recursos	São Paulo /SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
8	Elaboração de Projetos e a Captação de Recursos - Curso intensivo itinerante	Curitiba / PR	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
8 e 9	III Simpósio Brasileiro de Construção Sustentável	São Paulo/SP	Conselho Brasileiro de Construção Sustentável	www.cbcs.org.br (11) 3567-9233
8 a 12	Imersão em Elaboração de Projetos Sociais	Atibaia/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
10	Captação de Recursos para Prefeituras: Preparando-se para 2011	São Paulo/SP	Diálogo Público	www.dialogopublico.com.br (11) 2281-9643
25 a 27	ONG Brasil 2010	São Paulo/SP	UBM Brasil	www.ongbrasil.com.br (11) 4689-1935
29	Elaboração de Projetos e a Captação de Recursos – Curso intensivo itinerante	Belém/PA	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
30	Venda de produtos e serviços e outras formas de geração de renda	São Paulo /SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643

Dezembro

Dia	Evento	Local	Realização	Info
3	Planejamento Estratégico de Atividades 2011	São Paulo /SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
11 e 12	2ª Jornada de Arquitetura Inclusiva e Desenho Universal: Sustentabilidade social das edificações	São Paulo/SP	Instituto Brasil Acessível	www.arquiteturainclusiva.com.br

- Especializado em contabilidade de entidades do 3º setor
- Assessoria *in company*: tenha o departamento contábil com a qualidade Dom Bosco em sua entidade. Terceirização da gestão fiscal e financeira com sistema ERP
- Assessoria na obtenção e gerenciamento das certificações
- Assessoria em departamento pessoal
- Assessoria na elaboração e gestão de programas, projetos e gratuidades.

São Paulo/SP
Av. Gal. Olímpio da Silveira, 655
1º e 2º andar
Perdizes – CEP 01150-001

Brasília/DF
Centro Multiempresarial
SRTVS , Quadra 701, Bloco O,
sala 611 – CEP 70340-000

(11) 3872.1195



Colares feitos pelo Grupo Raízes Corticeiras

Raízes Corticeiras da Associação dos Cortiços de Santos

O grupo Raízes Corticeiras da Associação dos Cortiços de Santos vai reforçar sua atuação no exterior. O grupo, formado por mulheres moradoras da região de Santos, já exportou US\$ 8 mil em bijuterias produzidas a partir de garrafas PET e chita para Estados Unidos, Argentina, Inglaterra e Suíça. Agora, acaba de fechar encomenda de colares, brincos e chaveiros para uma revendedora da Suécia que pretende levar as peças do grupo para várias lojas da Europa. O Raízes Corticeiras faz parte do projeto Inclusão Digital e Comércio Justo, selecionado pelo programa Oi Novos Brasis, do Oi Futuro – instituto de responsabilidade social da Oi. O programa dá apoio técnico e financeiro a projetos sociais em todo o país – no ano passado foram investidos R\$ 2,3 milhões – com o objetivo de acelerar o desenvolvimento humano.

☎ (13) 3021-1918



Artesanato Solidário

O Artesanato Solidário (Artesol) nasceu da preocupação sensível de pessoas reunidas em torno do desejo e da necessidade de oferecer respostas a desafios colocados pela realidade social brasileira. Inicialmente idealizado como projeto de combate à pobreza em regiões castigadas pela seca, o ArteSol foi concebido em 1998 como um programa social e, a partir de 2002, tornou-se uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip). Suas ações beneficiam particularmente brasileiros situados nas comunidades mais pobres do país. É uma iniciativa norteada pela convicção de que as práticas culturais populares, como o artesanato tradicional, são um poderoso acervo para transformações sociais. Movido por essa ideia-força e associado a uma teia de ações solidárias, o ArteSol valoriza a identidade cultural das comunidades onde atua e possibilita o florescimento de soluções capazes de mudar o cotidiano de centenas de brasileiros talentosos – os artesãos, levando não só trabalho e renda às famílias, mas, sobretudo, orgulho, reconhecimento e inclusão cidadã.

🌐 www.artesol.org.br



Diversos itens de artesanato são desenvolvidos pelo Artesol como atividade de geração de renda




Costureiras fazem roupas de boneca para uma fábrica de brinquedos



Costureiras de Juquiá

Unidas em sistema de associativismo, cerca de 60 mulheres de Juquiá, no Vale do Ribeira (SP), conquistaram cidadania e renda por meio do Programa de Desenvolvimento das Costureiras de Juquiá, fruto de uma parceria entre o Sebrae-SP, no Vale do Ribeira, e a prefeitura. Na oficina instalada no prédio da Secretaria Municipal de Educação, elas já atenderam grandes encomendas, como chapéus com a logomarca do Banco do Brasil, além de roupas de boneca para uma fábrica de brinquedos de Mauá. Tudo começou em 2009 quando, a convite da prefeitura de Juquiá, o Sebrae-SP passou a difundir o empreendedorismo, promovendo formas de capacitação e gestão para um grupo, que agora quer se formalizar em uma cooperativa. A maioria das costureiras integra o cadastro do Centro de Referência de Assistência Social (Cras), unidade pública de serviço social. Com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,742, Juquiá está abaixo da média do Estado de São Paulo (0,833). Por isso, o trabalho desenvolvido representa uma mudança social significativa na vida de dezenas de famílias. Primeiro elas frequentaram o curso de costura industrial, ministrado pelo Senac em parceria com a prefeitura e o Sebrae-SP. Em seguida, a ação de capacitação em gestão empresarial, intitulado Juntos Somos Fortes, desenvolvida pelo Sebrae-SP.

 (13) 3844-1374



Aliança Empreendedora

No início de março deste ano, a Aliança Empreendedora lançou, em Curitiba (PR), a versão completa do programa Solidarium de Comércio Justo. A organização desenvolve e realiza ações e projetos de fomento e apoio ao empreendedorismo, geração de trabalho e renda e desenvolvimento local. O programa foi planejado e estruturado com o objetivo de potencializar e fornecer um desenvolvimento integral aos grupos envolvidos, não só os apoiando na comercialização, mas também na produção, capacitação e gestão de seus negócios. O Solidarium possui 12 grupos de trabalho que, desde o final de 2006, participam de feiras e eventos em grandes empresas do Paraná. Além do Solidarium, a Aliança Empreendedora trabalha diretamente com dois projetos que envolvem tecnologias sociais: o projeto de Fortalecimento e Integração de Grupos Comunitários de Produção e Geração de Renda é integrado por 19 grupos comunitários em uma rede de capacitação, desenvolvimento de produtos, produção e comercialização conjunta. Nele, são aplicadas as tecnologias sociais de produção sustentável, design de produtos, capacitação (técnica e em gestão), microcrédito e comercialização. Já no Projeto de Fortalecimento e Integração de Associações e Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis, são reaplicadas e desenvolvidas diversas TS conhecidas a partir de experiências nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Bahia.

 www.aliancaempreendedora.org.br

Produtos resultantes do programa Solidarium de Comércio Justo, da Aliança Empreendedora

Promessas para idiotas



Felipe Mello

felipe@cantocidadao.org.br

Radialista, palestrante e diretor da ONG Canto Cidadão, fundada para produzir e democratizar informações sobre cidadania e direitos humanos.

Sidarta, de Hermann Hesse, descreve a jornada cumprida pelo protagonista que dá nome à obra. Seu processo de iluminação o conduz a atitudes libertárias, uma delas representada por uma frase provocativa: dada uma situação, Sidarta diz a um interlocutor: “o gesto da sua mão me interessa mais que as suas opiniões”.

Períodos eleitorais me causam estranhezas. Talvez porque a eleição seja a materialização de uma escolha, supostamente parida após um processo digestivo do eleitor, a partir de elementos que engole espontânea ou forçosamente.

As próximas linhas não serão dedicadas ao momento atual de eleições de representantes políticos, até porque a Justiça Eleitoral poderia reagir caso eu decidisse publicar minhas sinceras opiniões. Um pouco de Sócrates para temperar o cozimento, quando ele diz que mais que parir corpos, precisamos aprender a parir espíritos. Quem elege apenas com o corpo perpetua a tragédia; quem elege com o corpo e o espírito amplia as chances de transcendência e cumprimento do seu destino.

Perdão pelas referências políticas. O cidadão pretensamente inconformado que mora em mim exigiu esse pedágio antes da entrega ao tema desejado: atitudes cotidianas a partir de escolhas lúcidas. Como dizem, “peguei o gancho” – aliás, que gancho é esse sobre o qual todos falam? – da eleição para chegar às eleições menos espalhafatosas, porém mais determinantes, que diariamente somos convidados a fazer. A ética do dia a dia, o saber comum que nutre mais que intoxica, a ação mais protagonista que desgovernada. Algo que os gregos chamavam de *phronesis*, que para Aristóteles era a sabedoria na prática. O tema é recorrente entre grandes pensadores, possivelmente porque o foco nas grandes decisões regionais ou nacionais se transforma em algo muito vago quando não há lucidez no microcosmo das relações mais próximas.

Immanuel Kant falou sobre o esclarecimento, a lucidez. De forma assertiva, acreditava que a maioria existencial só poderia ser alcançada pelo indivíduo que se tornasse um cuidador, saindo do papel de vítima e avançando em sua caminhada, apropriando-se dos seus passos e oferecendo a si e ao mundo o melhor que ele pode ser a partir do que ele é.

A observação do cotidiano revela que anda faltando paixão na vida das pessoas. Não a paixão no sentido atual, que quase se transformou em antítese do amor, sendo aquela ruim e este nobre. Basta conferir que a origem da palavra é *pathos* em grego e *passio* em latim. Atualmente, patologia

é o estudo das doenças, evidenciando a decadência do conceito. Indivíduos que não estão apaixonados por nada escolhem praticamente como solução ou suspiram, sem compreender a extensão das escolhas. Ainda, tornam-se presas fáceis aos interesses alheios.

Fico com Madre Tereza de Calcutá e sua proposta de “amor em ação”. Faz lembrar o *phronesis* defendido por Aristóteles, embora, com todo o respeito ao seu papel histórico, prefira a Tereza, que tinha a ambição de fazer bem feito ao que estava por perto, sem a pretensão de explicar ou conquistar o mundo. Aliás, decisões pequenas e coerentes que respeitam a vida caminham muito mais no sentido de explicar e corrigir o mundo do que a erudição cientificista, que não consegue mais dar conta do sentido da existência.

Para decidir, entretanto, há de se ter sentimento. Sentir a vida, o entorno, estabelecendo um diálogo contínuo e honesto entre o de dentro e o de fora. A anestesia está para o protagonismo assim como o Coringa está para o Batman. Até a etimologia coloca lenha no debate, pois anestesia significa “sem sentimento”. Viktor Frankl se abraça a Nietzsche em seu livro *Em busca do sentido*, após passar cinco anos em Auschwitz, campo de concentração nazista, lembrando que “o modo de ser depende das decisões, e não das condições”. Nietzsche havia dito que “quem tem pelo que viver, aguenta qualquer como”. Relação nítida, clamor pela causa, paixão.

A palavra idiota significava, em sua origem grega, *idiotês*, a pessoa que não ocupava cargos públicos, estando dedicado a questões particulares, como família e trabalho. Mais um conceito que se alterou com os anos, sendo a principal alteração o fato de muitas pessoas serem duplamente idiotas, ou seja, não participarem da vida pública e também seguirem anestesiadas em sua vida individual, alheias, alienadas às eleições essenciais traduzidas em oportunidades de transformação das atitudes e, por consequência, dos locais por onde transitam. Repito: tornam-se presas fáceis aos interesses alheios.

Chegou ao fim a era dos super-heróis, que detonam os inimigos com golpes mirabolantes e irreais. Essas promessas só persistem em programas eleitoreiros em busca de incautos. Arsenal importante mesmo na era atual é a lucidez do cidadão comum, que escolhe não ser idiota e decide ser o melhor que se pode ser, em sua vida privada ou pública. Bem antes de exigir voto consciente, parece fazer mais sentido trabalhar pela consciência em ação. Caso contrário, continuará o espetáculo das carroças puxando os bois.



Acreditamos no aprimoramento das Entidades como fator de desenvolvimento do Terceiro Setor.

Com sólida atuação em 23 estados do Brasil, levamos informação e atualização aos nossos parceiros-clientes e demais entidades, ministrando cursos e palestras sobre as mais recentes transformações na legislação do Terceiro Setor, agregando valor ao trabalho desenvolvido por sua entidade.

- ▶ Auditoria Independente para Entidades do Terceiro Setor Atuantes nas Áreas de Educação, Assistência Social, Saúde e Meio Ambiente;
- ▶ Auditoria de Recursos Específicos (termos de parceria, contratos de gestão entre outros);
- ▶ Consultoria Contábil e Filantrópica para as Entidades do Terceiro Setor.



www.audisaauditores.com.br

MATRIZ - São Paulo/SP
Fone: (11) 3825.9671
saopaulo@audisaauditores.com.br

Rio de Janeiro/RJ
Fone/Fax: (21) 2586-6376
riodejaneiro@audisaauditores.com.br

Porto Alegre/RS
Fone/Fax: (51) 3062.8922
portoalegre@audisaauditores.com.br

Recife/PE
Fone/Fax: (81) 3463.1862
recife@audisaauditores.com.br

2ª Edição

Feira e Congresso Internacional de ONGs



ONG Brasil

**EXPO CENTER NORTE
Pavilhão Vermelho
São Paulo - Brasil**

**25 - 27
Novembro
2010**

**Congresso: 9h - 12h
Exposição: 13h - 21h**

**Terceiro Setor, Governo e Iniciativa Privada unidos
por um Brasil cada vez mais solidário, justo e sustentável**

Realização:



Conteúdo:



Parceria de Mídia:



Empresas que acreditam na ideia:



www.ongbrasil.com.br

Para informações sobre como expor ou visitar: UBM Brazil • 11 4689-1935 • ongbrasil@ubmbrazil.com.br